

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 55

7 de março de 2019

(17,23 h – 21,16 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. Manuel Caldeira Cabral,* Ministro da Economia, entre 2015 e 2018

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

Joel Sá (PSD)

Ana Passos (PS)

Jorge Costa (BE)

* Apresentação em *PowerPoint*

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Hoje temos connosco o ex-Ministro da Economia, que também tinha a tutela da energia, o Sr. Dr. Caldeira Cabral, que é nosso colega Deputado e quem saúdo. Registo a sua disponibilidade para participar e para nos ajudar nesta Comissão e registo, sobretudo, a flexibilidade e a compreensão que demonstrou quando tivemos de alterar, por várias vezes, as datas da sua audição. Foi extramente simpático e aceitou sempre as alterações das datas das audições. Queria deixar aqui esta nota pública de agradecimento.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, já tive a oportunidade de recordar ao nosso depoente o modo de funcionamento da Comissão, sendo que o Sr. Professor começará por fazer uma intervenção inicial, acompanhada de um *PowerPoint* que já foi distribuído a todos os Srs. Deputados.

Assim sendo, penso que estamos em condições de dar início à nossa reunião.

Tem a palavra o Sr. Prof. Manuel Caldeira Cabral.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral** (Ministro da Economia entre 2015 e 2018)¹: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sempre um prazer vir aqui e poder responder às perguntas e esclarecer as dúvidas desta importante Comissão e do que aqui se pretende apurar.

¹ Apresentação em *PowerPoint*

Vou fazer uma apresentação mais curta e menos detalhada em relação à que fez ontem o Secretário de Estado. De facto, a apresentação é a mesma porque fizemos a mesma política e trabalhamos em conjunto. Tive sempre uma relação muito boa e muito produtiva com o Sr. Secretário de Estado Jorge Seguro.

Foi sempre o Secretário de Estado que acompanhou as questões mais detalhadas, tinha poderes delegados para isso, mas eu acompanhei e trabalhei sempre com ele essas questões. E discutia-as, na maior parte das vezes concordando e outras vezes acrescentando alguma coisa.

Por isso mesmo, vou fazer uma apresentação menos detalhada e mais sobre a política geral que desenvolvi no Ministério e vou explicar como é que essa política geral pode contribuir para o esclarecimento que aqui se quer trazer.

A primeira ideia que quero transmitir tem a ver com as nossas cinco prioridades, como se pode ver no *slide 2*.

A primeira prioridade que definimos foi a de reduzir preços para as famílias e empresas, reduzir os custos de eletricidade que afetam, obviamente, o rendimento familiar e a competitividade das empresas.

A segunda prioridade foi a de garantir maior justiça social no acesso à energia. Ainda havia pessoas sem acesso à energia e pessoas, com baixos recursos, que tinham direito ao acesso à energia a preços mais baixos e com uma tarifa social a que não estavam a ter acesso. E não eram algumas pessoas, era a grande maioria das pessoas que por lei tinha direito ao acesso à tarifa social e não estava a ter acesso a um bem de primeira necessidade.

A terceira prioridade, que se liga a estas duas, era a de reduzir a dívida tarifária. Reduzir os preços para as famílias e as empresas sem reduzir a dívida tarifária seria uma falsa redução de preços e de encargos. A dívida tarifária, no fundo, tem encargos futuros para o sistema e o aumento da dívida tarifária significa sempre o aumento dos encargos futuros. A redução

da dívida tarifária, em paralelo com o preço, reduz não só o preço no momento mas também os encargos futuros.

A quarta prioridade era a de aumentar a produção de renováveis, ou seja, continuar o que já era uma política seguida por vários governos, que, de facto, trouxe Portugal para o centro da discussão e um exemplo em termos de energias renováveis. Quisemos fazer isso, e, de facto, a época hoje é outra, sem pôr em causa os princípios que estávamos a definir, isto é, sem estar a aumentar a produção de renováveis aumentando também os preços. Por isso mesmo, fizemo-lo sem subsidiação e, ao fazer sem subsidiação, assumimos que aumentar a produção de renováveis podia até, numa política de médio e longo prazo, não só aumentar a autossuficiência do País mas também reduzir os próprios preços para as famílias e empresas.

Por último, tínhamos a prioridade de avançar nas interligações de forma a aumentar a eficiência do sistema a todas estas políticas. Ou seja, aumentar e avançar nas interligações era importante para poder aumentar as renováveis sem subsidiação, porque ao nível a que já estávamos ia cada vez mais haver exportação. Por isso mesmo, era preciso ter essas interligações mais reforçadas e o nível que havia não era suficiente. Por outro lado, só com interligações se poderia aumentar nas renováveis sem com isso condicionar os preços. E avançar com as interligações podia também reduzir os preços quando Portugal estivesse em momentos em que o preço era mais elevado e os pudesse baixar pela importação.

O *slide* 3 está intitulado de «Uma estratégia simples». Quando digo «uma estratégia simples» significa que são princípios relativamente simples que definimos desde o início: respeito pelos contratos e pela estabilidade regulatória e legal, respeito pelas empresas do setor e respeito pela estabilidade do setor, que é um setor que precisa de investimentos de longo prazo. Precisa hoje, precisou ontem e precisa amanhã.

Toda esta revolução das renováveis, nomeadamente com o solar e com as alterações tecnológicas a permitirem produzir a muito mais baixo preço, vai requerer investimentos que têm períodos longos de recuperação e, por isso mesmo, era preciso manter a confiança do sistema e respeito pelos contratos.

Ao mesmo tempo que tínhamos respeito pelos contratos, mesmo pelas partes dos contratos de que gostávamos menos, assumimos desde o início que íamos aplicar um rigor muito forte na análise e na gestão dos contratos.

Havia partes dos contratos que eram favoráveis às empresas e que estavam a ser, e tinham de ser, cumpridas, havia partes dos contratos que podiam fazer sentido quando foram implementados há 10 ou há 20 anos, porque as condições de mercado eram outras e não podíamos agora rasgar esses contratos, mas havia também partes dos contratos que eram favoráveis aos consumidores e que criavam obrigações às empresas, como era o caso, por exemplo, da tarifa social, em que os produtores que tinham garantias de preços tinham vários aspetos nos seus contratos que eram muito favoráveis, mas tinham também obrigações.

Quando estavam a beneficiar dos aspetos favoráveis e não estavam a cumprir as obrigações, não estava a haver rigor na gestão dos contratos e foi esse maior rigor que introduzimos e exigimos também à entidade reguladora, que fez o seu trabalho e esse trabalho teve resultados muito interessantes.

Por último, uma das ideias era a de fazer com que as alterações para o futuro aumentassem a eficiência e a concorrência e que diminuíssem os custos para o sistema, garantindo que elas não alargavam no tempo as rendas existentes ou criavam novas rendas.

De facto, não criámos novas rendas nem fizemos processos que alargassem as rendas no tempo. Pelo contrário, o que olhámos foi para processos que não estavam ainda implementados ou que estavam mal implementados ou para práticas de rendas que não estavam legalmente

atribuídas. E, cumprindo a lei, cortámos essas que não estavam legalmente atribuídas.

Para fazer tudo isto, aplicámos um conjunto muito grande de medidas. Muitas das medidas que constam do *slide 5*, penso que quase todas, foram aqui apresentadas ontem em grande detalhe pelo Secretário de Estado. Por isso, vou apenas referi-las e estou disposto a discuti-las no caso de ser solicitado algum esclarecimento adicional.

As medidas a que me refiro — estão nos *slides 5 a 9* — constituem um conjunto grande de ações concretas que desencadeámos e que tiveram todas elas o mesmo sentido e o mesmo efeito.

Passo, então, a referir as medidas implementadas: a revisão dos mecanismos da interruptibilidade e da garantida de potência; o reforço da transparência na aprovação de planos de investimento; a correção que repôs a CESE e a tarifa social a serem pagas pelas empresas do setor e não pelos consumidores, repondo o que estava previsto na lei; a iniciação da transferência dos valores da CESE, que foi um imposto criado em 2014 e que deveria reverter para a dívida tarifária mas que não tinha nem em 2014 nem em 2015, e isso não foi aplicado e passámos a aplicar essa transferência de acessos que permitiu baixar os custos e os preços; a criação do Operador Logístico de Mudança de Comercializador, no portal poupaenergia.pt, que é uma medida que permite escolher diferentes operadores e, por isso mesmo, aumenta a concorrência no sistema; a opção livre e informada dos consumidores de voltarem à tarifa regulada e escolherem a tarifa regulada no caso de consumidores que tinham escolhido outra tarifa e em que a evolução tinha sido menos favorável do que estavam à espera; o início do processo de separação de imagem, e o Secretário de Estado ontem falou desta questão com algum pormenor; a redução dos juros da dívida tarifária

No *slide 6*, apesento um gráfico da taxa de remuneração da dívida tarifária, em que podemos verificar que, quando entrámos, os juros estavam

em 3% e já tinham tido nos anos anteriores uma redução importante também. Mas conseguimos, de facto, ao longo de todo o período, ir baixando sucessivamente os juros da dívida tarifária, o que significa que baixámos com isso os encargos da dívida tarifária, poupando esses encargos ao sistema elétrico, poupando no final aos consumidores, quer sejam famílias, quer sejam empresas.

Diminuímos para um terço a taxa de remuneração da dívida tarifária, de 3% para 1,1%. Foi uma redução substancial e importante em termos de poupança de custos para os utilizadores.

Outras medidas implementadas, como podemos ver no *slide 7*, foram a diminuição do valor pago pelos CMEC, a redução regulatória das taxas e valores aceites, o rigor nas atualizações atuariais — foi aqui ontem explicado que estavam a refletir-se sobre os consumidores e deixaram de estar —, a redução das taxas de remuneração e a abertura do mercado de serviços de sistema aos consumidores. O modelo que está em vigor é um modelo piloto mas pode ser interessante para a poupança de custos.

O gráfico do *slide 8* é sobre os CMEC e a evolução dos custos incluídos nas tarifas não tem nada de novo face ao que foi apresentado ontem. É exatamente o mesmo.

Este gráfico demonstra que, em 2019, já houve uma poupança dos custos CMEC, mas para os anos vindouros o que se pagará aos CMEC é menor do que se pagou nos anos anteriores. Mais uma vez, houve também uma questão de desfasamento de custos de 2014 para 2017 e 2018 dos CMEC, que ainda agravou o preço em 2017 e em 2018 e que pesou aos consumidores.

Mas há agora uma redução dos CMEC para o futuro, o que significa que a descida de tarifas que já conseguimos terá possibilidade de continuar para o futuro.

Dentro das medidas levadas a cabo, sublinho também, tal como está no *slide 9*, a mudança de opção política nos contadores inteligentes, que ia ser repercutida sobre os consumidores e, assim, deixou de ser — sendo uma medida que beneficia as empresas, também é uma medida que vai ser paga pelas empresas, e isso é justo —, a implementação, pelo regulador, de medidas decorrentes da auditoria da Brattle, a submissão dos mecanismos de sobreequipamento e *repowering* nas renováveis a critérios do seu impacto nos custos para os consumidores, reduzindo, assim, o que era uma fonte potencial de custo para o sistema, a redução do sobrecusto das renováveis e o alargamento da tarifa social.

Quanto à medida relativa à redução do sobrecusto das renováveis, estamos a falar de uma redução de mais de 200 milhões, se compararmos os valores entre 2015, 2016 e 2017 (*slide 10*), em que ainda não houve essa redução mas com os valores que já se conseguiram para 2019. Em parte, isto também tinha a ver com a dupla subsidiação.

Relativamente às interligações, *slide 11*, houve um avanço importante em duas frentes. Com Marrocos o que se fez foi um trabalho muito importante entre os dois Estados, com várias visitas do Secretário de Estado. Eu próprio fui a Marrocos ter encontros com Ministros desse país. Também houve encontros em Portugal e vindas de vários representantes de Marrocos a Portugal. Foi um trabalho feito entre os Governos e que permitiu um acordo e um interesse grande num projeto de uma interligação entre os dois países.

Avançou-se para um estudo de viabilidade que teve um parecer positivo e há um trabalho conjunto entre as duas empresas, a portuguesa REN e a congénere marroquina, para lançar esta obra, que, esperamos, seja lançada em breve. É uma obra complexa, obviamente, pelo que não poderia ser mais rápido.

Houve uma assinatura, também, na COP (Conferência Mundial Sobre o Clima), de um acordo entre Marrocos, Espanha, França, Alemanha e União

Europeia, para a criação de um mercado de energia sustentável. Acordo esse que foi muito importante para os passos que conseguimos dar a seguir, ao nível das interligações à Europa.

Esta questão das interligações à Europa (*slide 12*) era uma questão que estava na agenda há muitos anos, mas que estava na agenda sem avançar. O que conseguimos foi, no Conselho de Ministros da Energia, consagrar num regulamento — e, portanto, com aplicação obrigatória — os 15% de interligações para 2030 e um *roadmap* que prevê que em prazos anteriores a esse se chegue aos 10% de interligações ao nível da Península Ibérica, o que conseguimos na cimeira entre Macron, Sánchez e o Primeiro-Ministro António Costa, mas em que estiveram os chefes de Estado e de Governo destes três países, que eram os mais importantes para esta questão.

Foi um acordo entre os três países para o reforço da interligação a França e é preciso dizer que, de facto, da parte da França tinha havido, ao longo do tempo, avanços e recuos — e foi muito importante este envolvimento da França neste processo —, mas, mais do que isso, conseguimos também garantir financiamento do BEI (Banco Europeu de Investimento) na iniciativa *Connecting Europe Facility*, e isso é muito importante.

Estamos a falar de centenas de milhões de euros que, com este financiamento, permitem não só que haja acordo político, mas também que haja acordo sobre o financiamento. Sabemos que quando há apenas acordo político genérico mas não há financiamento, depois as coisas morrem na praia.

Neste caso, é uma interligação através do mar e o que não queremos mesmo é que morra na praia.

Mas estes avanços foram importantes e são muito importantes também para esta situação — que é uma situação nova —, de Portugal hoje surgir como exportador líquido de eletricidade (*slide 13*), algo que nunca tinha

acontecido no passado e que, de facto, aconteceu, não uma vez ou outra mas sistematicamente em vários meses.

Aconteceu, ao longo dos três anos passados, Portugal exportar mais eletricidade do que importa e, à medida que vai implementando mais energias renováveis — que têm, como sabemos, um ciclo de produção que é variável —, vamos ter mais momentos em que estaremos a produzir mais energia do que as nossas necessidades e, se não tivermos como escoar, vamos estar a ter um desperdício de energia ou a utilizar essa energia, como é o caso da bombagem, etc., a custos que depois se refletem nos custos do sistema.

Resultados, e esta é uma questão importante... O que aqui mostrei foram princípios, ideias base da nossa política, e não foram ideias que ficaram pelas ideias, mas antes com uma implementação num conjunto muito amplo de medidas sistemáticas, todas no mesmo sentido. Não tivemos aqui medidas que reduziram custos para os utilizadores e outras que, por outro lado, aumentaram custos para os utilizadores. Não, tivemos medidas todas elas consistentes no mesmo sentido.

Estas medidas e esta política determinada tiveram resultados, e resultados muito claros (*slide* 15): estamos a falar de uma evolução da tarifa regulada, que estava prevista, em 2015, continuar a ser positiva e a crescer acima da inflação, a níveis de cerca de 3% ao ano — 3% em alguns anos, 2,9% noutros anos —, sempre acima da inflação; estamos a falar na primeira tarifa que determinamos em 2016 para 2017.

É em outubro, com o trabalho que se fez, no Governo de um ano, que é determinada a tarifa para o ano seguinte. Na primeira tarifa não conseguimos ainda uma redução de preços, mas conseguimos, pela primeira vez, em mais de 10 anos, uma subida de preço abaixo da inflação para 2017. Conseguimos, em 2018, uma redução de preço de 0,2%; conseguimos-lo de 2017 para 2018, e conseguimos, em 2018 — curiosamente no último dia em que estive no Governo, a 15 de outubro —, em conjunto com as medidas que

estavam no Orçamento, que isso resultasse numa descida do preço da eletricidade de 3,5%.

No conjunto, nestes três anos, o afastamento face ao que estava previsto, dá uma diferença de preço de 11,5%. Repito, a evolução de preço que estava prevista conduzia-nos a um preço, em 2019, 11,5% superior ao preço que temos hoje. 11,5% é mais do que a descida do IVA dos 23% para os 13%.

Enquanto a descida do IVA dos 23% para os 13% provocava uma redução de receita geral do Estado, que teria de ser compensada, ou com outra receita ou com menor capacidade de despesa em serviços públicos ou em várias outras rubricas, aqui não estamos a falar de menor receita para o Estado, estamos a falar da mesma receita para o Estado, mas de menores encargos para os consumidores: 11,5% de redução do preço.

Nunca tinha acontecido. Nestes últimos 20 anos tinha havido sempre aumentos de preço, sistematicamente houve aumentos de preço acima da inflação nos últimos 10 anos. Agora, temos uma descida de preço, ao longo destes três anos; uma descida de preço cujo diferencial, face ao que estava previsto, nos leva a um preço 11,5% inferior.

Não é algo de somenos importância, é um avanço importante e um trabalho forte e determinado que fizemos. Digo que fizemos porque foi o meu Secretário de Estado, Jorge Seguro, que o fez, em conjunto comigo. Sempre o apoiei e sempre estive a par das medidas que foi tomando e da determinação que teve. Teve sempre o apoio do seu Ministro, como devia ser, tal como teve, também, o apoio do Governo, como teve, ainda, em muitas destas medidas — em boa verdade se diga —, o apoio do Parlamento. E se não tivesse o apoio do Parlamento, não as teria conseguido realizar.

Para além da descida da tarifa variável, que é a tarifa por megawatt, houve também uma descida da tarifa de acesso às redes, esta até mais acentuada (*slide 16*). Estamos a falar de uma descida de mais de 20% nestes

últimos dois anos, e estamos a falar de um quadro anterior em que a tarifa aumentou sempre entre os 4,8% e os 6%. Teve aumentos consideráveis todos os anos. Esta tarifa de acesso é paga, é especialmente onerosa para as empresas, é um custo fixo e um custo que onera a sua competitividade. Penso que as empresas, em particular as empresas industriais nos ficaram muito reconhecidas por este trabalho e por estes resultados conseguidos, que são importantes para o sistema.

Uma outra área em que conseguimos resultados importantes foi na implementação da tarifa social (*slide* 17). A tarifa social é um bom exemplo de algo que estava consagrado na lei, que dava um direito, que dava um dever a empresas que têm contratos com remunerações, com condições, em muitos aspetos, muito favoráveis, e que resultam de um processo histórico, mas que tinham também obrigações, que, sendo onerosas, são importantes para os consumidores. Estas obrigações não estavam, em grande parte, a ser cumpridas e as empresas podiam alegar que não as estavam a cumprir porque não encontravam estes consumidores de baixo recurso, que tinham direito à tarifa social.

Estamos a falar de um salto muito grande, um salto de cerca de 100 000 para 780 000, quase 800 000; um salto de quase 700 000 famílias que passaram a beneficiar da tarifa social. São famílias de baixos recursos, para quem uma redução do preço de 33,8% na eletricidade é muito importante; famílias para quem esta redução do preço de 33,8% vem em cima da outra redução de 11%, face ao que estava previsto.

Portanto, para os consumidores mais pobres, e estamos a falar de 780 000 famílias, pelo que estaremos a falar, eventualmente, de cerca de 1,5 milhões de consumidores de baixo recurso, estamos a falar de, praticamente toda a população, ou da grande maioria, que está abaixo do limiar de pobreza, e que está a pagar tarifas 33,8% mais baixas, sendo este um fator de inclusão e de devolução de rendimento aos mais pobres muito importante.

Tudo isto poderia ter sido feito mantendo a dívida tarifária ou até aumentando a dívida tarifária — e seria, então, um alívio de preço e de encargos no presente, mas empurrando para a frente encargos futuros que, mais tarde ou mais cedo, iriam ser pagos pelos mesmos, pelos consumidores, pelas empresas —, mas não, tudo isto foi feito em conjunto com uma redução muito forte da dívida tarifária (*slide* 18).

É uma redução em que estamos a falar de uma média de 400 milhões por ano e que se segue a um período em que houve um forte aumento da dívida tarifária. Esta redução é importante, porque significa que o que conseguimos foram preços melhores para os consumidores, preços mais competitivos e que reforçam a competitividade das empresas portuguesas, algo que era muito reivindicado pelas empresas: não só preços melhores ao nível do quilowatt-hora, mas também reduções nos encargos fixos das tarifas de acesso. E conseguimos isso reduzindo também os encargos futuros, num quadro estável de progressiva redução dos encargos da dívida tarifária.

Conseguimos, também, nestes anos, lançar projetos para o investimento nas energias renováveis, não apenas no solar — mas é claramente o que se destaca. Destaca-se, contudo, o investimento no solar (*slide* 19). Este, sem subsidiação, sem tarifas *feed-in*, só foi possível e só atraiu tantos interessados, porque, de facto, houve uma evolução tecnológica muito forte.

Não podemos comparar, nem queremos comparar e vir criticar o que se fez há 10 anos. Há 10 anos não era possível fazer o tipo de licenciamento que estamos a fazer, não era possível propor, com os preços que existiam da energia, com os custos que existiam de produzir energia a partir do solar, não era possível propor que, de facto, se fizessem investimentos no solar, sem ser com forte subsidiação.

A análise que fizemos levou-nos a concluir que era possível, hoje, fazê-los e que tal era possível por uma conjugação de fatores que têm que

ver com uma redução do custo de investimento dos painéis solares, com uma redução do preço do capital. Esses investimentos são muito capital-intensivos e transformam, no fundo, o investimento de capital em energia e o custo do capital é, aqui, muito relevante para a rentabilidade, tal como é relevante com o aumento da eficiência dos próprios painéis solares, que produzem mais por metro quadrado de painel solar.

Portanto, a produzirem mais por metro quadrado, com uma redução dos custos de investimento e com uma redução dos custos de capital, estava encontrada uma solução para poder haver licenciamento solar.

Em cima disto, não podemos sequer comparar com outros países europeus, ou melhor, podemos comparar — e hoje os outros países europeus estão a comparar connosco —, mas é óbvio que tínhamos condições, em Portugal, em termos de solar, que estão ao nível das melhores do mundo. Tínhamos capacidade de ser competitivos na produção desta energia de uma forma que um país, onde tive o gosto de viver, que é a Inglaterra, não tem, apenas pela razão de ter um clima diferente do português. Mas, muito do norte da Europa não tem as mesmas horas de exposição solar que tem Portugal e, portanto, não tinham oportunidade de fazer o mesmo.

Apareceram 1173 MW de projetos licenciados. Penso que o número atual já é mais alto. Quando saímos do Governo, havia 2800 MW de pedidos de licenciamento. Nem todos, obviamente, estavam em condições, mas muitos estavam-no.

Havia já projetos em produção, como o de Ourique, mas havia vários outros projetos, alguns deles muito grandes, como o projeto que está no norte do Algarve de 200 MW, que tinham já investimentos em equipamentos de transformação e de acesso à rede, em equipamentos nos terrenos e em arrendamento dos terrenos, em equipamentos para preparar os terrenos, em equipamentos na própria ligação à rede.

Portanto, estamos a falar de projetos que estavam já em curso e alguns deles com vários milhões investidos para além da caução que tinham pago.

O que estamos em crer é que muitos destes projetos podem avançar e o que vimos... Não fizemos um estudo mais aturado sobre isso, penso que se calhar podia ser interessante fazê-lo, mas o que temos em termos de estudo que saiu nos jornais é que dos 38 que estamos a ver (*slide 19*) e que têm estes cerca de 1000 MW, 20 estariam prontos para avançar em 2019, o que quer dizer que já estão numa fase adiantada do seu investimento e do seu processo de investimento.

Termino como comecei (*slide 20*). Cinco objetivos, cinco resultados: queríamos reduzir os preços para as famílias e empresas, conseguimos reduzir o preço por MW 11,5% face ao que estava projetado, um aumento superior ao que teríamos conseguido com a baixa do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) e sem o mesmo impacto nas contas públicas; conseguimos reduzir as tarifas de acesso em 20% nos últimos dois anos; reduzimos o preço do gás natural entre 20% a 30%, dependendo do tipo de consumidor; conseguimos garantir maior justiça social no acesso à energia, multiplicando por 10, praticamente, o número de pessoas com acesso à tarifa social, com uma redução de 33,8% da tarifa; conseguimos reduzir a dívida tarifária em cerca de 1800 milhões, reduzindo com isso os encargos com a dívida quer pela redução da dívida tarifária, quer pela redução a um terço da taxa de remuneração dessa mesma dívida; conseguimos lançar, de facto, as bases para um aumento sustentável da produção das renováveis sem subsídio e conseguimos avançar nas interligações de forma a aumentar a eficiência do sistema; conseguimos dar passos importantes, tal como conseguir o acordo com o Governo de Marrocos, o acordo ao nível dos países europeus e garantir financiamento para essas mesmas interligações.

Penso que, em qualquer uma destas áreas, o que estamos a apresentar são princípios de atuação correta, princípios de atuação firmes e rigorosos,

mas cumprindo contratos, cumprindo a lei, com respeito pelos investidores e respeito pelas empresas.

Com os princípios que aplicámos e com muito trabalho implementámos muitas das medidas que aqui descrevi e, com isso, conseguiu-se, de facto, estes resultados, que penso serem resultados muito interessantes. Não consigo identificar nos últimos 20 anos resultados paralelos no Sistema Elétrico Nacional.

Muito obrigado. Fico, obviamente, disponível para as vossas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Após a intervenção inicial, segundo a rotação de hoje da nossa Comissão, cabe ao CDS iniciar a inquirição.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Helder Amaral para esse efeito.

O Sr. **Helder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Dr. Manuel Caldeira Cabral, não esquecendo que estamos a ouvir o ex-Ministro da Economia, atual nosso Colega. Agradeço a forma pronta como aceitou vir responder à comissão de inquérito.

Até estava a matar saudades das apresentações que o ex-Ministro fazia na Comissão de Economia sobre o melhor plano de intenções dos últimos 20 anos. De uma assentada só, critica o Governo de Sócrates, critica o Governo da PàF (Portugal à Frente), critica tudo o que se fez no passado, a não ser que esteja a considerar... Talvez tenha visto o filme *Pare, Escute, Olhe*, em que aparecem o Eng.º José Sócrates e o Dr. Mexia, em Ribeiradio, por causa do plano nacional de barragens, a dizer: «Isto agora só falta o betão!»... E aí foi um encaixe financeiro para o Orçamento do Estado que, depois, veio na tal fatura dos contribuintes, ou no défice tarifário de Manuel Pinho, que

também vem na fatura, porque ontem o Sr. Secretário de Estado cometeu o mesmo lapso que V. Ex.^a agora.

Dizia, ontem, o ex-Secretário de Estado: «40% de energia cada vez que se liga o interruptor...» É verdade, mas estes 40% até foram identificados pelo então Deputado, Presidente da comissão de economia, António José Seguro, com base num estudo da DECO, que eram os tais CIEG (custos de interesse económico geral). Estava lá tudo, nos tais CIEG: a dívida tarifária, as renováveis, o audiovisual e o IVA! O Dr. Manuel Pinho chama-lhe a «vaca leiteira».

Da sua apresentação, não vi que atacasse nenhum desses monstros que estão na «vaca leiteira». Não atacou nenhum, até porque confirmou que, afinal, o aumento das renováveis era bom. Também consideramos que é bom. Sobre as interligações, estamos perfeitamente de acordo, também é bom. O Governo anterior deixou preparada essa matéria mas, obviamente, o seu Governo concretizou com o necessário financiamento através da Connecting Europe Facility. A tarifa social foi melhorada e bem.

Portanto, sobre essas matérias, estamos de acordo. Quero falar daquilo em que não estamos de acordo ou daquilo que é o objeto desta Comissão de Inquérito.

Quando diz «não descortinei nos últimos 20 anos»... Afinal, ou o Ministro não trabalhou, como diz o seu Secretário de Estado, no novo plano ou na abertura das negociações das rendas excessivas — ou sobrecustos, como lhes quiser chamar —, ou viu e não ligou. É que não quero acreditar que os Governos não tenham um fio condutor. Pensei que o Governo em que V. Ex.^a era Ministro tinha olhado para aquilo que estava no Memorando de Entendimento negociado com a troica, também com o Partido Socialista, que foi feito pelo setor, que foi feito com a chancela da troica e com o Governo, com o ex-Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, e com os vários secretários de Estado, em que deixaram um conjunto de instrumentos

legislativos na cogeração, na redução de subsídios pagos aos produtores, na eólica, no acordo de redução de custos alcançados com os produtores, nas pequenas centrais hídricas, até por decreto-lei.

Portanto, como diz que «respeitámos a lei», estou a falar de instrumentos legislativos também aprovados no Parlamento, discutidos e sancionados no Parlamento, também pelo Partido Socialista.

Houve uma redução dos custos com os CMEC através da redução da taxa de unidade de parcela fixa de 7,55 para 4,72. Se isto é não encontrar nada nos últimos 20 anos, o que é que o Ministro da Economia esteve a fazer no Ministério? Então não deu conta de que tinha havido uma redução da taxa de juro?

A garantia de potência, a subsidiação do mecanismo anterior por um novo regime, 443 de poupanças entre 2012 e 2020. Depois, num segundo pacote, a eliminação da distorção no mercado, a introdução de incentivos à eficiência dos custos de mecanismos de harmonização à tarifa aplicada às regiões autónomas, a revisão da remuneração de terrenos hídricos, a correção das distorções nos mercados. Tudo isto estava a acontecer quando chegou. Dou de barato e digo «sim, aproveitámos o que considerávamos, é legítimo, é politicamente razoável, e melhorámos os outros».

A minha pergunta é se conhecia, de facto, estes instrumentos, se os discutiram no seio do Governo, quais eram aqueles que achavam que não estavam conformes e quais aqueles que sofreram alterações da parte do Governo de V. Ex.^a.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Estava à procura dos *slides* da minha apresentação em que critico todos os Governos anteriores e, de facto, não os encontrei, porque centrei a minha apresentação naquilo que fiz e nos resultados conseguidos por aquilo que fiz. Portanto, não critiquei aqui

nenhum dos Governos anteriores nem pus em causa que os Governos anteriores tivessem apresentado medidas.

A única coisa que comparei com os Governos anteriores... Mesmo sobre isso, obviamente, parte do mérito dos resultados conseguidos vem de medidas que foram implementadas atrás, mas uma parte dos resultados conseguidos vem também de medidas que foram aplicadas agora.

O que disse foi que os resultados conseguidos nestes anos não têm paralelo com os anos anteriores. Não disse sequer que as medidas introduzidas agora não têm paralelo com as anteriores. O que lhe digo, e penso que o meu ex-Secretário de Estado e amigo Jorge Seguro disse aqui ontem, é que as medidas que vinham de trás e que iam no sentido de reduzir rendas e custos excessivos, etc., foram todas elas mantidas, não andámos a tirar nenhuma dessas medidas. Pelo contrário, o que fizemos foi outras que não estavam feitas e dei aqui vários exemplos: a diminuição do valor pago aos CMEC tem aqui um efeito importante; as regras de redução regulatória; o rigor nas atualizações atuariais; a redução das taxas de remuneração, sem dúvida.

Algumas destas coisas já tinham sido feitas. A redução das taxas de remuneração já tinha tido aspetos anteriores, obviamente, não é isso que está em causa, mas outras não tinham! Repito, outras não tinham! Por exemplo, estas mudanças que estou a mostrar agora (*slide 9*) em termos dos contadores, a empresa dizia que estava previsto que fossem imputados aos consumidores. Na redução do sobrecusto das renováveis, demos passos adicionais, por exemplo, a questão do *repowering*, também alterámos aspetos que vinham do passado, que poderiam ter tido custos acrescidos.

Nesse sentido, queria salientar, em resposta à sua pergunta, que não dediquei nenhum dos *slides*, que são 20, do meu *PowerPoint*, não dediquei sequer um, a criticar os Governos anteriores. Não achei que era essa a minha função aqui.

O que apresentei foi um conjunto de medidas que conduziram a resultados, resultados que, se viessem totalmente de trás e tivéssemos ficado sentados «à sombra da bananeira» a olhar para o trabalho anterior, então, teriam sido mais fortes em 2016. Teriam sido muito fortes em 2015 e em 2016, e iam-se esbatendo. Mas foi exatamente ao contrário. A maior parte dos resultados intensificaram-se ao longo do nosso mandato e não o contrário.

Portanto, quero acreditar, e acho que a exposição que aqui fiz demonstra isso mesmo, que uma parte destes resultados vem exatamente das medidas que implementámos. Fazendo as contas, consegue-se perceber isso.

Agora, não põe em causa o bom trabalho feito anteriormente, nem põe em causa que Governos anteriores, que tomaram medidas corretas, muitas vezes, depois, também tivessem tomado medidas no sentido contrário.

Portanto, do ponto geral dessas medidas, o saldo em alguns casos é mais positivo e noutros casos é mais negativo. Nem eu sequer ponho em causa, e penso que, nesse aspeto, o Secretário de Estado já ontem explicou, que algumas das chamadas «rendas criadas», no momento em que foram criadas, poderiam fazer algum sentido.

Sobre o caso da remuneração das energias renováveis, pode ser discutível até que ponto foi, até que ponto não foi, mas eu próprio aqui defendi que, na altura em que se implementou uma política de expansão das renováveis, era quase impossível consegui-la sem alguma subsidiação. A evolução tecnológica, hoje, permite-nos ter outra política e foi exatamente isso que aqui referi. Se a subsidiação foi muito alta ou muito baixa, se os períodos foram muito longos ou menos longos e se a extensão desses períodos foi também certa ou errada, já é toda uma outra discussão, mas é uma discussão que aqui não vou ter, porque é uma discussão de coisas que não foram feitas no meu mandato. Essas não foram feitas por mim.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi reposta alguma da verdade.

Assim é, a opção foi essa, foi subsidiada e esse subsídio passado ao contribuinte. Não foi ao Orçamento geral do Estado, foi ao contribuinte. É uma opção de vários Governos, podemos discuti-la, houve até especialistas aqui que disseram que, se calhar, está na altura de pormos o Orçamento do Estado a pagar isso. Será na mesma o contribuinte e o consumidor, mas é uma discussão filosófica que poderemos ter.

O Secretário de Estado ontem disse, coisa que V. Ex.^a repetiu hoje, o seguinte: «Não mexemos na lei, fomos é rigorosos, pusemos outras entidades a fazer contas». Nessas entidades a fazer contas puseram a ERSE, porque muita da ação do Governo de V. Ex.^a está suportada num estudo da ERSE, que identifica 510 milhões de euros de rendas.

Quero perguntar-lhe se foi o seu gabinete que encomendou o estudo e quando. Antes da definição das políticas, conheceu o estudo? Pode dizer-me quem o encomendou, de facto? Ele é depois promulgado pelo Secretário de Estado, mas quero saber quem é que o solicitou à ERSE, em que contexto, em que dias, em que reuniões e qual era o objeto deste estudo.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Devia salientar que muita da ação do Governo vinha no Programa do Governo, vinha no programa do Partido Socialista.

Muitas das medidas que tomámos não foram medidas inventadas ou só pensadas depois de estarmos no Governo, não foi algo que a ERSE nos tenha imposto ou deixado de impor... Não! Muitas destas medidas já existiam e, de facto, o que fizemos foi pedir às entidades reguladoras que especificassem se estes custos existiam, quais eram e em que medida é que eram ou não legítimos, não só à ERSE mas também, por exemplo, à Procuradoria-Geral da República, a quem solicitámos que desse parecer sobre questões jurídicas que se colocavam.

No entanto, algumas das medidas não resultam disso, como é o caso, por exemplo, da questão da comparação de preços, que foi implementada por nós.

A questão da tarifa social era algo que já vinha também no Programa do Governo e que foi feito através da boa articulação dentro do Governo, entre o Ministério da Economia, o Ministério das Finanças e a área da segurança social, com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A boa articulação entre os três ministérios conseguiu, de facto, algo que já se discutia há muito tempo, que já estava previsto na lei desde 2010.

Tudo isto estava previsto, tudo isto já devia ter acontecido desde 2010 e nós fizemos acontecer. A única diferença foi que nós fizemos acontecer, é só isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A nossa discussão na Comissão de Inquérito não é sobre o programa eleitoral ou o Programa do Governo do Partido Socialista. Não é nada disso!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Claro!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A Comissão tenta identificar sobrecustos ou rendas excessivas e não é a opinião do Bloco de Esquerda que sugere a Comissão, nem a opinião dos partidos que a aceitaram.

Isto está suportado em estudos, um dos quais é este da ERSE, que identifica 510 milhões: taxas de juro dos CMEC, 125 milhões; testes de disponibilidade, 285 milhões; coeficiente de ajustamento, 90 milhões; licenças de CO₂, 10 milhões; e isto vem escondido ou suportado nas palavras «nós somos rigorosos».

Ora, já aqui ouvimos um conjunto de especialistas e este estudo tem tudo menos rigor. Tanto assim é que está tudo em litígio e, destes valores, «bola»! Para os contribuintes, «bola»!

Por isso, quero perguntar ao Sr. Ministro se também encomendou este estudo, quando é que ele foi encomendado e qual era o objetivo.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Esse estudo foi pedido pelo secretário de Estado, como foram pedidos outros pareceres no âmbito do que é a normal governação. Olhando para as situações que existiam...

Estamos a falar de uma comissão para as rendas excessivas, que era uma questão que estava em discussão há muito tempo... Uma das pessoas que usava muito essa expressão, que esteve aqui também, era o Álvaro Santos Pereira, de quem sou amigo. Ele usou muito essa expressão e, de facto, defendeu muito, até em vários artigos, a ideia da existência de rendas excessivas, apontando vários aspetos em que as remunerações podiam ser excessivas.

O que vimos foi que, em alguns aspetos, podíamos não concordar ou até dizer: «Hoje, eu não faria este contrato desta maneira», mas o contrato estava feito, a lei estava promulgada e tínhamos de a respeitar. Outros aspetos estavam previstos na lei mas não estavam a ser aplicados. Outros aspetos estavam previstos na lei e estavam a ser aplicados, mas, como referiu ontem o secretário de Estado, estavam a ser calculados pelos seus próprios beneficiários.

Parece-me que, se eu tiver uma negociação consigo e lhe disser: «Bem, diga-me lá qual é o preço», me vai dizer um preço muito diferente se estiver a comprar ou se estiver a vender e, provavelmente, até poderá usar critérios relativamente rigorosos para qualquer um dos casos.

Agora, se tivesse um interesse muito claro nessa matéria, como era o caso das empresas que estavam a calcular, que eram tudo menos distantes do

interesse sobre esse preço, faria os cálculos de uma maneira que lhe fosse particularmente favorável.

O que fizemos foi discutir se esses cálculos estavam corretos e pôr lá uma entidade pública independente, que não tem nada contra as empresas, que, nas suas funções, o que quer é dar estabilidade regulatória para que quem investe no setor continue a investir, mas que quer também, nas suas funções, proteger o interesse público dos consumidores.

Ora, essa não é a função de nenhuma das empresas operadoras do setor, cuja função e cujo objetivo é fazer lucros, sendo que, quanto mais alto for o valor da remuneração, mais altos são lucros. Por isso mesmo, não deveria ser a parte interessada a fazer de árbitro e foi essa a nossa visão.

Não nos parece que tenha sido uma visão errada, porque permitiu, de facto, em alguns casos, poupar centenas de milhões de euros, e foi essa poupança de centenas de milhões de euros que, depois, pôde reverter para a tarifa e pôde reverter em poupanças para os consumidores.

No entanto, foi um processo complexo, não foi apenas uma medida, como demonstrei, e penso que não fui sequer exaustivo. Foram dezenas de medidas, dezenas de ações, dezenas de pedidos, dezenas de esclarecimentos. Foram medidas ao nível do cálculo, foram medidas ao nível do estímulo da concorrência, foram medidas de aplicação da lei para possibilitar que chegasse a todos os beneficiados, como no caso da tarifa social.

Foi um conjunto amplo de medidas e penso que o resultado é interessante e visível, não é escamoteável ou mais ou menos bom... Não! É um resultado verdadeiramente bom e positivo para as famílias portuguesas e para as empresas portuguesas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim senhora, nos negócios — a não ser em regimes em que não se faça negócios — é assim: há um preço de

quem quer vender e há um preço de quem quer comprar e, normalmente, o preço é o acordo entre os dois, fica ali no meio. É normal, é assim.

Vamos, então, falar do árbitro,...

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não nos mercados regulados.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... dessa tal figura dos árbitros.

Enquanto o Eng.º Henrique Gomes, o seu Governo e mesmo o Governo de V. Ex.^a utilizaram universidades, estudos independentes para a sua ação governativa — e temos vários exemplos disso —, neste caso, os árbitros que VV. Ex.^{as} escolheram foram pessoas que participaram em políticas públicas, como a atual Presidente da ERSE, que esteve no grupo de trabalho de colaboração com o Bloco de Esquerda sobre a política energética; foram pessoas da DGEG, o tal organismo fundamental e independente que serve o interesse público na decisão destas políticas, cujo Diretor, Mário Ferreira, era do gabinete do Secretário de Estado Seguro Sanches e cuja Subdiretora, Ana Avelar Dias, foi para esse cargo vinda do gabinete do Secretário de Estado, assim como Mariana Oliveira também veio do gabinete de Seguro Sanches, para além da Sr.^a Presidente da ERSE.

Acha credível que as pessoas que vêm do gabinete do secretário de Estado ou que participaram na elaboração de políticas do Governo depois possam fazer o tal estudo independente e rigoroso? Ou estavam amarradas à mesma visão, ao mesmo procedimento?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Permita-me que seja muito claro: no mercado regulado, o estabelecimento de preços não se faz por acordo entre clientes e fornecedores, ou empresas operadoras. Isso é o que se faz no mercado concorrencial, em que se vai comprar livremente e em

que, então, também não há rendas garantidas, não há CMEC, não há nada disso. Isso é o que se faz no mercado não regulado.

No mercado regulado, Sr. Deputado, é, de facto, o regulador que regula o mercado. É isso que se faz: o regulador, face às condições, face à lei, face aos contratos, estabelece essa evolução dos preços, etc., havendo, depois, muitos mercados regulados. Portanto, é assim que as coisas funcionam.

Quanto à sua tentativa de diminuir a entidade reguladora, parece-me que serve apenas os interesses das grandes empresas, que, de facto, querem dar a entender que estão a ser vítimas de uma entidade reguladora muito atuante. Sim, temos uma entidade reguladora atuante, mas atuante com justiça, atuante para defender os interesses públicos como deve ser, e não foi apenas a entidade reguladora, houve várias outras entidades.

Uma das questões mais contestadas por algumas das empresas vem de uma decisão do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, que está longe de ser uma entidade que esteja sob o controlo seja de quem for ou da Autoridade da Concorrência, que também é uma entidade independente, que tem tido um trabalho excecional em muitas outras áreas para além da da energia — mas também nesta área — e que tem sido muito atuante.

No entanto, deixe-me que lhe diga que tanto a Autoridade da Concorrência como a Procuradoria-Geral da República e a ERSE não têm no topo umas pessoas que tomam umas decisões avulsas. Têm, sim, à sua frente pessoas rigorosas, preparadas, que merecem o nosso respeito e que devem ser respeitadas na sua independência, mas têm também todo um corpo técnico que fundamenta as suas decisões.

Portanto, não me parece que a Autoridade da Concorrência tenha decidido assim só porque a sua Presidente, que, de facto, é uma pessoa que muito respeito, decidiu assim ou assado. Há um estudo da Autoridade da

Concorrência, há pessoas e peritos, muitas vezes até consultados nesse estudo, mas há depois uma entidade independente que assim decide.

Isto, de facto, é diferente de alguns estudos contratados pelas empresas a pessoas que, apesar de merecerem todo o respeito, quando são contratadas por uma empresa, estão a trabalhar para essa empresa. Um advogado, quando é contratado por uma parte, está a defender os interesses dessa parte de uma forma fundamentada, dentro da lei, sem dar cambalhotas jurídicas, mas não está propriamente a fazer um parecer equilibrado em que vê todos os pontos de vista, porque não é para isso que está a ser pago.

Penso que isso é diferente de uma entidade reguladora, cujo interesse de regulação é garantir não só confiança às empresas mas também a defesa do interesse público. São estes dois princípios que tem de defender, com independência.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ó Sr. Doutor, às vezes parece que estamos a brincar ou a falar chinês.

O Governo contrata escritórios de advogados e paga-lhes; outra coisa é nomear pessoas que, depois, dão pareceres para esse mesmo Governo. É completamente diferente! E eu gostava de não ter razão, porque gostava que a EDP e as empresas do setor eletroprodutor tivessem, de facto, de pagar e que esses pareceres tivessem solidez.

Agora, quando tenho as empresas e várias pessoas a dizer que faltam fundamentos legais e económicos aos pareceres, fico triste, porque isso enfraquece o Estado.

Também fico triste por esta Comissão não ter — a não ser, porventura, a esquerda que apoia, com quem, pelos vistos, V. Ex.^a terá negociado a política energética — o despacho do Sr. Secretário de Estado que suporta os aspetos inovatórios do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nós temos o despacho.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Bloco, pelos vistos, tem-no.

Como não existe esse despacho e como essas matérias estão todas em litígio, vamos ver como é que elas acabam. Se o Estado não tem razão nesse litígio, como é que fica o Diretor? Como é que fica o tal rigor?

Para terminar, posso fazer outra pergunta sobre os tais 150 produtores de energias renováveis. Também o Sr. Secretário de Estado decidiu com base num relatório da Inspeção-Geral de Finanças que não conhecemos, que ninguém conhece — é o tal rigor, é o tal Governo que não faz alterações legislativas mas trabalha com rigor —, mas que aponta para 300 milhões, o que não é coisa pouca, Sr. Doutor!

Gostava era que o tal rigor existisse para percebermos, de facto, com o parecer da Inspeção-Geral de Finanças à nossa frente, sancionado pelos tribunais, a cobrança destes 300 milhões. Agora, se não tivermos nada disso e se me confirmar que não esteve presente nas negociações com o Bloco de Esquerda sobre a tal medida, que, pelos vistos o Sr. Primeiro-Ministro chumbou, isso prova que o tal programa político do PS tem dias.

Termino perguntando, aliás, a que se deve a sua demissão. A demissão de Seguro Sanches deve-se à demissão do Ministro; a sua deve-se a quê? O atual Ministro e o atual Secretário de Estado reverteram a sua política, porque vamos ter tarifas *feed-in* nas renováveis, que já estão anunciadas. Essa reversão é uma derrota sua ou é só uma derrota do Bloco de Esquerda?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Bem, registo que, sobre os reguladores, estamos a falar chinês. Não sei se sou eu que estou a falar chinês ou se é o Sr. Deputado que está a falar chinês,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Este regulador não tem competência!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — ... a não compreender ou a não querer compreender o que eu estava a dizer. Falar chinês, aqui, pode ser alguma referência estranha e eu não iria por aí.

Quanto ao parecer da IGF, parece-me que, ontem, o Secretário de Estado foi bastante claro sobre isso. O que o Sr. Secretário de Estado disse foi que esse parecer não lhe chegou às mãos enquanto estivemos no Governo e, portanto, saímos do Governo antes de o parecer, ou estar terminado, ou nos ter sido entregue, eventualmente já haverá ou não alguma versão do parecer.

Se há versão do parecer não quer dizer que a versão seja a versão final; a versão final do parecer deverá ser enviada para o Secretário de Estado da Energia, a questão é se foi depois de 15 de outubro, deverá ser enviada para o atual Secretário de Estado da Energia, não para o meu Secretário de Estado da Energia, que penso que terá toda a ocasião para o esclarecer.

Falou aqui da minha saída do Governo e, de facto, a minha saída do Governo aconteceu...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi uma mudança de política!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — ... ao mesmo tempo que a saída de outros três ministros e não percebi se havia alguma insinuação de que a minha saída do Governo estaria ligada à saída do Secretário de Estado Jorge Seguro.

Quando eu saio sai também o Secretário de Estado do Comércio Adjunto Paulo Ferreira, um Secretário de Estado que fez um excelente de trabalho e que sai, sai, também, a Secretária de Estado Ana Teresa Lehmann,

que fez um excelente trabalho e que sai, e sai o Secretário de Estado Jorge Seguro que fez um excelente trabalho e que sai. Saem outros três ministros e não me parece que houvesse qualquer relação com a energia e com a saída do Ministro da Cultura ou o Ministro da Defesa ou o da Saúde que foi outro que saiu nessa altura.

Entretanto, já saíram mais ministros, houve uma remodelação governamental adicional e estamos perante um Governo que se renovou, um Governo que teve um ciclo em que eu participei. Um ciclo que começou, até, pelo menos um ano antes de eu ir para o Governo, o cenário macroeconómico, o trabalho que fizemos na Agenda para a Década, com todo o trabalho que realizei e nesse trabalho desenhámos um conjunto de medidas, desenhámos uma estratégia orçamental, desenhámos um programa de Governo na parte económica que depois verteu para o programa eleitoral, verteu para o Programa do Governo e depois como Ministro implementei esse programa.

Neste momento, temos outro Ministro da Economia por quem tenho grande respeito e apreço...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu também!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — ... que está em grande medida a dar seguimento às medidas de política que eu implementei na área da economia e uma vez que a área da energia foi para o ambiente temos um ministro que eu penso que terá o mesmo empenho que eu em reduzir os preços para as famílias e empresas, em garantir maior justiça social no acesso à energia e parece-me que não alterou nada na tarifa social que continua a beneficiar as tais mais de 700 000 famílias. Em todas as conversas que tive, na transição, etc., parece-me que está igualmente empenhado em continuar a reduzir a dívida tarifária, está igualmente empenhado em aumentar a

produção de renováveis em aumentar a produção de renováveis e que não deu nenhum sinal de não estar a continuar a política de interligações.

Portanto, eu estou aqui falar de cinco e em cinco estão cinco. Se a questão concreta das renováveis vai ter alguma alteração e se o concurso vai ser desenhado de uma forma diferente daquela que eu faria, penso que não há ainda dados definitivos sobre isso nem é certo que se vá criar ali uma renda da mesma forma que se criou anteriormente.

Eu por mim o que fizemos e o que provámos é que era possível ter produção de energia solar sem tarifas *feed-in*. Se é possível fazer concursos nós estávamos também a ponderar o desenho de concursos nomeadamente por causa da questão do pagamento dos custos da ligação às redes. Se se quer dar maior estabilidade aos produtores e se se pensa que isso é necessário julgo que se deve estudar se de facto alguns dos resultados que saíram sugerem que, de facto, havia muitas empresas a avançar sem nenhuns apoios ou garantias adicionais.

Porém, devo dizer-lhe que nós próprios estávamos a trabalhar num modelo que era um modelo de garantir que os operadores de venda de eletricidade pudessem ter contratos de compra a preço fixo de eletricidade por livre vontade, mas ter um modelo de mercado que facilitasse esses contratos e que ajudassem quem está a fazer os investimentos a ter, pelo menos, numa parte da sua produção mais estabilidade.

Tudo isso era sem custos para os utilizadores e para o sistema e qual é o desenho concreto que o novo ministro vai fazer penso que lhe deve perguntar a ele e penso, também, que não me cabe a mim tomar agora as decisões de política energética deste novo ciclo governativo que corresponde ao mesmo Governo e que está vinculado ao mesmo programa, como muito bem disse.

Se quiser encontrar na história grandes inflexões de política energética olhe para o Governo anterior e veja que não só a política como o próprio

discurso de Álvaro Santos Pereira sobre a energia foi radicalmente diferente, sobretudo o que tinha a ver com renováveis etc., ao discurso que a seguir Moreira da Silva faz e percebe-se porque Moreira da Silva no Ministério do Ambiente, obviamente, que queria ter mais renováveis, Álvaro Santos Pereira olhava para o passado e olhava para os custos das renováveis e tinha uma posição radicalmente diferente.

Eu acompanhei os contratos do acordo de parceria, versões que mudaram radicalmente quando mudou o Ministro e aí sim houve enormes inflexões de política. Aqui parece-me que tivemos um forte empenho em reduzir preços para as famílias e para as empresas e não tenho nenhum sinal que o atual ministro e o atual secretário de Estado não tenham o mesmo empenho e em todos os outros cinco pontos que ali estão não tenho noção que o atual Ministro e Secretário de Estado, por quem tenho por ambos grande estima, não estejam a seguir em grande medida as mesmas políticas.

Agora também, não quero que fiquem presos às mesmas soluções técnicas ou ao que quer que seja, pois agora são eles que estão a governar e encontrarão as soluções que acharem melhor. Eu respeitarei isso e, por isso mesmo é que não estou na Comissão de Economia como Deputado, fui para a Comissão de Orçamento e Finanças para não estar a interferir numa área governativa na qual dei o meu contributo, fiz o meu trabalho e foi esse trabalho que aqui estive a apresentar hoje e os resultados do mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Dei esta tolerância toda ao Sr. Deputado Hélder Amaral que, entretanto, me fez sinal, não comuniquei aos restantes grupos parlamentares, de que não faria a segunda ronda e, por isso, teve esta tolerância que será também a mesma nas mesmas circunstâncias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Deputado Caldeira Cabral e agradecer a sua presença e participação nesta Comissão.

Está nesta reunião na qualidade de anterior Ministro da Economia e nesse contexto estas reuniões, muitas vezes, passam por abordagens quer ao apuramento de matérias de facto relativamente a decisões tomadas, a processos de decisão e de negociação, etc., mas também de apreciação e opinião sobre as opções de política energética e outras e até de balanço e avaliação sobre o que aconteceu ao longo do tempo e nomeadamente quer na sua época de governação, quer nos momentos antes ou depois dessa fase.

Eu, tal como na reunião de ontem na audição do Dr. Jorge Seguro Sanches, também aqui começo pelo fim daquilo que mesmo agora o senhor estava a referir, ou seja, pelo fim do seu mandato enquanto Ministro da Economia.

Em larga medida, o senhor já respondeu a questões essenciais em relação a essa situação da remodelação do Governo, eu considero que aquilo que o senhor disse há poucos momentos já responde à minha primeira pergunta que seria se tinha a ideia de que foi «remodelado» porque o Governo quisesse remodelar o Sr. Secretário de Estado da Energia Jorge Seguro Sanches e como avalia o que aconteceu com a remodelação inclusive com a transição da energia para o Ministério do Ambiente. Eu gostava apenas de lhe perguntar se deseja acrescentar alguma questão, alguma ideia especificamente sobre esta matéria da passagem desta pasta para a tutela não da economia mas do ambiente, agora chamado ambiente e transição energética.

Isto porque sobre esta questão o senhor já se pronunciou mais aprofundadamente, ainda há pouco, pelo que lhe pergunto se não deseja acrescentar algum aspeto sobre esta opção política, ao fim e ao cabo.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Eu penso que esta opção política teve a ver com questões concretas de sucessão governativa, foi uma opção política do Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso nós sabemos!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — ... e teria de estar a especular sobre que motivos levaram a esta escolha e a esta alteração.

Devo dizer que o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro do Ambiente, todo o Governo, inclusive eu próprio, estamos fortemente empenhados numa estratégia de redução de carbono e numa estratégia de transição energética.

Penso que não é algo apenas deste Governo ou do meu trabalho, é algo em que Portugal é já hoje citado como exemplo, o trabalho e o avanço que tivemos nas renováveis e penso que terá esse sentido.

É óbvio que a energia estando no ambiente se reforça o ímpeto e a ideia da redução de carbono, não me parece que, por causa disso, se perca o que é o olhar para as questões dos interesses dos consumidores e o Sr. Ministro do Ambiente teve, até há pouco tempo, a área dos transportes públicos onde fez muito trabalho no sentido de reduzir os custos aos consumidores destes transportes, trabalho que não vou aqui, obviamente, comentar.

Trabalhei com o Ministro do Ambiente em áreas como a economia circular, introduzi, por exemplo, no Programa INTERFACE, que era um programa centrado na inovação, a ideia central de trazer como um dos objetivos, dos três novos objetivos, promover, em termos de inovação nos centros de interface tecnológico, a questão da inovação à volta da economia circular e, portanto, eu penso que havia um empenho transversal do Governo e, desse modo, faz sentido a transição que se fez desta parte para o Ministério do Ambiente.

Já no Governo anterior houve também esta transição a meio do mandato, portanto não é algo inédito ou que seja demasiado original, agora aquilo que me parece é que o empenho que temos ao nível do Governo, e ao nível do Governo é Ministério da Economia, Ministério do Ambiente, e também, Ministério das Finanças, em muitos outros aspetos o empenho de reduzir preços, aumentar a competitividade das empresas também pela via da redução dos custos energéticos, reduzir as tarifas de acesso, trabalhar no sentido da CESE que ficava todo um Ministério das Finanças contribuir para a descida dos preços, penso que isso ficou acordado que vai continuar independentemente de quem é o ministro que tutela esta área, ou seja, penso que nestas questões centrais para a política de energia vai haver continuidade e, portanto, tenho toda a confiança que o Ministro do Ambiente prosseguirá as mesmas políticas que estavam no Programa do Governo e que merecem o apoio da base parlamentar que temos.

Se vai fazer tudo da mesma maneira que eu faria? É óbvio que não, nem eu me vou imiscuir em tal coisa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Agradeço a sua resposta. Não vou fazer interpretações abusivas do que disse. O que o senhor disse está dito, mas não resisto a fazer uma observação.

O senhor estabeleceu um paralelo que eu próprio não tinha estabelecido com o Governo anterior, relativamente a este processo de transição, em que inicialmente a economia abrange a energia e, a meio do caminho, a energia passa para o ambiente. Isto também reflete tensões, movimentações e correlações de forças não só no plano político-económico. Esta é uma matéria interessante que nos deve merecer alguma reflexão, olhando retrospectivamente, não para estabelecer padrões, porque a amostragem é curta, mas para estabelecer um paralelo, pois, como dizia o outro, «por vezes há coincidências que coincidem».

O outro tema sobre o qual, ainda agora, na ronda anterior, respondeu tem que ver com a reversão em curso de muitas medidas na política energética — medidas essas que subscreveu enquanto Ministro — por parte dos atuais responsáveis, o Ministro Matos Fernandes e o Secretário de Estado João Galamba. Não estamos a falar de alterações à tarifa social, não estamos a falar em aumentar a dívida tarifária, nem de cancelar interligações. Não é por aí! O senhor respondeu e esclareceu que essa parte não está em causa, mas a questão é outra. Não estamos aqui à procura da maior inflexão da história da política energética, não é por aí, mas as coisas são o que são e têm o tamanho e a dimensão que têm.

Portanto, já respondeu à questão geral, mas pergunto-lhe, mais uma vez, se tem algum comentário ou alguma perspetiva relativamente às opções concretas que entretanto têm surgido. Das duas uma: ou considera que, pensando melhor, as opções que acompanhou e às quais deu a sua chancela, enquanto Ministro, não são assim tão boas ou, então, alguém tem uma opinião contraditória com o que, na altura, prevalecia e, entretanto, avançaram decisões de sentido divergente no licenciamento de sobreequipamento e na mudança de tecnologia de produção sem avaliação no impacto das tarifas.

Ainda agora ouvimos a sua apresentação e verificamos a importância que isso tem no licenciamento de centrais fotovoltaicas com garantia de tarifas, na não recuperação de uma ajuda na dupla subsidiação feita a muitas empresas nos projetos eólicos. Há aqui matéria que, objetivamente, diverge da política que prevaleceu enquanto o senhor foi Ministro e, portanto, não estamos aqui a falar de questões históricas ou de questões de outra natureza em abstrato. Estamos a falar relativamente à opinião, que pode partilhar connosco, sobre a reversão destas medidas, nomeadamente com os exemplos concretos que estava aqui a dar.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que, em concreto, estamos a especular sobre o que está a ser feito e sobre quais as medidas que estão a ser feitas. Não gostaria de ir muito longe nesse aspeto, ou seja, parece-me que já vi, nas notícias, diferentes questões, já vi também opiniões de várias pessoas que estavam satisfeitas ou não, com dúvidas ou opiniões diferentes sobre o avanço que estava a haver a nível do solar no modelo em que o estávamos a desenvolver.

Este modelo não era — como aliás aqui explicou, e bem, ontem, o Secretário de Estado — isento de aspetos a melhorar, nomeadamente a nível de todos os procedimentos administrativos. Penso até que, nesse aspeto, o Ministério do Ambiente pode dar um contributo importante, interiorizando esta área dentro do próprio ministério, uma vez que alguns dos constrangimentos, mas não todos, tinham que ver os processos de licenciamento ambiental que são sempre, pela sua natureza, demorados. Penso, também, que estes não se podem simplificar ou facilitar, mas que se pode, pelo menos, articulando com dois objetivos ambientes diferentes — um de descarbonização e outro de impacto ambiental que estes projetos têm — dar-lhes alguma prioridade. Mas estas serão opções que o Ministro terá de fazer, tais como são as opções sobre os concursos, sobre a forma de garantir...

Era esse o nosso principal problema, ou seja, termos muitas empresas a quererem a investir, mesmo sem qualquer subsidiação, mas obviamente termos de garantir a ligação à rede. O que acontecia era que muitas das empresas que queriam investir em parques solares, queriam fazê-lo exatamente onde há maior intensidade solar e onde é melhor — estou a falar dos tais mapas que aqui apresentou, ontem, o meu ex-Secretário de Estado. Esses locais, pelas suas características demográficas, não têm muita presença humana, são zonas já historicamente não muito povoadas e, portanto, não têm infraestruturas elétricas para a quantidade de megawatts que aí se quer

produzir. Por isso mesmo, colocámos nos planos de investimento um reforço. Mas como é que esse reforço é pago, como é que é posto a concurso, como é que selecionam os vários candidatos, se é por um concurso em que pagam para ter acesso a megawatts ou se é por um concurso ao contrário, com algum preço de acesso e uma subsídio temporária ou não, penso que são decisões que se têm de tomar.

Penso que, obviamente, seria desnecessário, neste momento, pôr subsídios como as que se puseram, no passado, e que se justificavam — algumas, se calhar, nem se justificavam — face à tecnologia existente. Mas, face à tecnologia de hoje, pôr as mesmas condições que se colocaram no passado não se justificava. Mas como, nem nas notícias mais especulativas, alguma vez ouvi que se iam pôr condições iguais às do passado, penso que tudo o resto seria especulação e as condições que ouvi referidas não se aproximavam, sequer, das condições do passado e não estavam assim tão distantes do que era a nossa solução.

Embora a nossa solução e o estudo que se fez, e que apareceu no *Jornal de Negócios*, revelasse que, dos 38, 20 já estavam em construção e, de facto, dos que acompanhei e visitei o que pude ver é que muitos destes investimentos eram no terreno: investimentos de terraplenagem, dos aparelhos eléctricos necessários. Todos estes investimentos são investimentos de milhões de euros e não pequenos investimentos que se fizeram «para inglês ver» ou para o que seja. Não! São investimentos concretos que alguém que não tivesse intenção de avançar ou que só tivesse intenção de especular, obviamente, não estaria a afundar tais investimentos no terreno. Vou ver atentamente qual é a evolução, mas penso que é isso que todos temos de fazer.

Penso que o Parlamento também deve intervir nesse sentido se achar que as soluções que estão a ser propostas não são as melhores, como aliás sempre fez ou como fará o Grupo Parlamentar do PS, do PCP, do Bloco de

Esquerda, do PSD, do CDS, de Os Verdes e quem mais, como o PAN, obviamente, se estiverem cá.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Queria perguntar-lhe o seguinte: na apresentação que trouxe as cinco prioridades que, no essencial, correspondem aos tópicos dos cinco resultados da sua apresentação, todos os temas que refere têm, em maior ou menor medida, ligação com o tema mais específico que temos vindo a discutir nas rendas excessivas. Não há propriamente, na sua apresentação, uma abordagem específica e sistemática, julgo eu, relativamente ao que foi feito e ao que devia ter sido feito na sua governação.

Há, também, uma abordagem que gostaria que pudesse acrescentar acerca do balanço que pode fazer sobre as rendas excessivas no sistema elétrico nacional e a avaliação do que foi feita sob a sua tutela.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Salientava duas questões. A primeira questão é o que fiz sobre as rendas excessivas e, para o explicar, teria de começar pela expressão «rendas excessivas no setor elétrico», pois esta expressão foi aqui contestada por muita gente. Penso que há dois aspetos no setor elétrico: há rendas e há áreas que têm rendas — isto é conhecido —, se são excessivas ou não poderá ser avaliado e, em alguns casos, podemos concluir que têm uma remuneração superior ao que seria desejável, mas temos de avaliar isso também em termos históricos, ou seja, se quando foi atribuída essa remuneração era muito elevada, face ao que eram as condições de mercado, taxas de juro, etc. do momento.

Se o problema foi o contrato não ter flexibilidade para o futuro ou se foi já começar com níveis muito altos, seria toda uma discussão técnica, histórica e, eventualmente, académica muito aprofundada e seria substituir-me à vossa própria análise.

Algo diferente é o que fiz no ministério, que foi o que aqui apresentei com estas medidas e, escrutinando mais, muitas delas poderiam ser divididas em várias outras submedidas. Trabalhámos no sentido de olhar para os contratos, para a legislação, para o que estava a ser cumprido, para o que estava a ser calculado de forma exótica, para o que estava a ser excessivo em termos do que era uma interpretação demasiado favorável da lei, para o que não estava a ser cumprido em termos de legislação, como era o caso da CESE, que devia reverter para a diminuição da tarifa, mas não estava a acontecer, como era o caso da tarifa social, que devia ser aplicada a 780 000 famílias e estava a ser aplicada a pouco mais de 100 000. Olhámos para todos estes casos em que o não cumprimento da lei ou a forma menos rigorosa como estavam a ser feitos os cálculos criavam vantagem não legítima face à lei para operadores do setor. Em todos esses casos revimos, fizemos estudos, consultámos as entidades reguladoras, a entidade da concorrência, usámos pareceres, alguns deles já pedidos anteriormente e que vinham de trás, usámos todos os instrumentos que estavam ao dispor para reduzir preços, custos, etc. e atribuir direitos que estavam atribuídos por lei.

Parece-me que, por exemplo, um dos casos — o da tarifa social — é um direito que estava atribuído pelo contrato. Se é uma renda excessiva ou não, claramente que não, era apenas um direito dos beneficiários e uma obrigação dos operadores que não estava a ser cumprida quase a mais de 80%. O que fizemos foi acrescentá-la, pois não havia ali propriamente uma renda excessiva e até se pode argumentar — penso que é legítimo — que, se calhar, a política social não devia ser feita por uma empresa.

Podemos argumentar isso tudo e dizer que, num mundo perfeito, tínhamos outros contratos que não os CMEC e também não tínhamos a tarifa social a ser paga pela empresa, mas a ser paga pelo Estado, pela Segurança Social, por seja quem for, por um outro mecanismo. Como em muitas outras questões na eletricidade, podíamos dizer que, num mundo perfeito, isto seria

de outra maneira, mas nós não temos um mundo perfeito, temos o mundo dos contratos e das leis que temos de respeitar. Sabíamos que, em alguns casos, alterando aquelas leis para um sentido que nos parecia mais correto, não seria aceite em termos de lei internacional, pois seria uma alteração das condições de mercado. Então, tivemos de olhar para leis e dizer: «Tudo bem, estas leis e estes contratos dão-vos alguns direitos que, eventualmente, hoje, se os fizéssemos não os faríamos desta maneira, mas também vos dão uma série de obrigações que têm custos. É certo, têm custos, e isso é desagradável, mas têm de ser cumpridas».

Foi isso que fizemos com esse caso, mas foi o que fizemos, também, com a análise dos CMEC, onde havia um benefício em cima de outro benefício — que a própria Procuradoria-Geral da República concluiu ser nulo — e que não fazia sentido. Não vou aqui reproduzir a discussão jurídica muito aprofundada que o meu Secretário de Estado teve — penso que para grande satisfação do Sr. Presidente — mas parece-me que se percebe bem qual é o argumento até de uma ótica económica.

De facto, quem está num contrato que já tem mecanismos de garantia contratual para todos os casos previstos e mais alguns não poderá estar a beneficiar de um apoio inicial, quando essa ideia já está prevista no contrato inicial. É uma soma de que, se calhar por lapso ou o que seja, beneficiou, e o que fizemos foi repor a situação como estava, ou como foi a interpretação da Procuradoria-Geral da República e, depois, com o cálculo feito pela ERSE, o que nos pareceu uma atuação rigorosa.

Mas lá está: foram umas medidas atrás das outras que fizeram isso mesmo.

O que é que penso em termos de futuro? Há vários contratos que se vão extinguir, há vários apoios e rendas, excessivas ou não — se calhar, na altura em que foram atribuídas seriam menos excessivas do que hoje, mas hoje são vistas como excessivas —, que vão desaparecer e é preciso, na

renovação desses contratos ou no que vier a seguir, na introdução em mercado, não garantir os mesmos preços e as mesmas condições.

No caso das renováveis, o Secretário de Estado disse aqui ontem e concordo inteiramente, foi algo que discutimos várias vezes, que se deve continuar a garantir a prioridade no acesso. Isso faz parte, não só de garantir que há mais energia produzida com base em recursos endógenos e nacionais e de aumentar a nossa autossuficiência, reduzindo as importações líquidas de energia pelas várias vias em que elas acontecem, mas também por uma questão do empenho que temos numa política ambiental e de redução de carbono.

Parece-me que essa é uma vantagem que deverá persistir. Em que moldes, não sei! As outras vantagens, de preço, estiveram lá no início, às vezes para garantir a rentabilidade dos investimentos. Os investimentos estão feitos, muitos deles estão várias vezes amortizados e não faz sentido que se prolonguem para o futuro. É esta a minha visão sobre o futuro.

Há, agora, por exemplo, contratos de distribuição de energia em baixa tensão, contratos de distribuição local, que vão estar em negociação. Penso que o Governo deve ser firme e rigoroso nesses contratos, deve evitar estabelecer condições para o futuro que sejam demasiado favoráveis ou demasiado rígidas, que possam criar essa situação demasiado favorável, mas terá de encontrar fórmulas que garantam também que a energia chega a todos os concelhos do País e que a distribuição é feita em condições igualitárias.

Portanto, todo o desenho desses contratos é muito mais complexo do que apenas a questão de preço, mas a questão de preço deve estar lá e a questão da concorrência também, para que, para além da regulação, haja o mecanismo da concorrência também a estimular a descida dos custos da energia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falou, ainda agora, na ERSE e na sua intervenção. Pergunto-lhe, então, como avalia o papel das entidades reguladoras, ERSE e Autoridade da Concorrência, nomeadamente desde que se iniciou o processo de privatização da EDP.

Considera que foram suficientemente intervenientes na defesa dos interesses públicos?

Tendo uma e outra denunciado, no processo de aprovação do Decreto-Lei n.º 240/2004, dos CMEC, os malefícios e ameaças de tal legislação para o interesse público, como considera possível que se tenham passado 15 anos sem uma intervenção capaz?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não queria estar aqui a fazer uma avaliação do papel da ERSE ao longo dos vários anos. Nos anos em que estive no Governo, pelo que me foi dado observar, penso que a ERSE foi uma entidade reguladora ativa e que defendeu o interesse público.

Se poderia ter ido mais longe ou se deveria ter olhado para mais aspetos? Obviamente que a resposta é: sempre! Teremos sempre mais ambição.

Por isso mesmo, alguns dos aspetos foram solicitados pelo Governo, outros foram solicitados pelo Governo à Procuradoria-Geral da República e depois reencaminhados para a ERSE. Ou seja, nós próprios, não deixámos que a entidade reguladora... se existe, faz o seu papel e vamos dormir descansados?! Não, pelo contrário, nós próprios também fomos proativos em estimular essa proatividade da entidade reguladora.

Para ser justo, penso que já outros Governos tinham feito isso e, nesse sentido, anteriormente, já algumas medidas tinham também contribuído para a descida dessas rendas e de alguns desses encargos.

No nosso mandato, penso que fomos particularmente ativos e, principalmente, não tomámos nenhuma medida de sentido contrário. Ou

seja, não demos uma no cravo e outra na ferradura! Somos de esquerda, ficámo-nos só pelo cravo e penso que tocámos bem a nossa música.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Enquanto ministro, na Assembleia da República, teve por várias vezes ocasião de aprofundar uma questão que sublinhava a importância da situação do setor energético e da importância que tinha pelos impactos dos preços da energia na competitividade das empresas portuguesas. Aliás, na sua apresentação também há uma referência, logo aí nas prioridades e nos objetivos.

Portanto, perguntava-lhe, desde logo, a noção da gravidade da situação e do impacto desta questão relativamente às empresas portuguesas e à economia real, como se costuma dizer, e juntava a esta questão dois elementos que podem estar relacionados, mas que lhe pedia que respondesse em conjunto.

Primeiro: o que pensa dos que afirmam, tal como um seu antecessor, Álvaro Santos Pereira, a existência de um fortíssimo *lobby* do setor da energia a comandar as políticas públicas, como é que entende que esse *lobby* se manifesta e, já agora, enquanto ministro, que experiência teve nessa matéria?

Segundo: como avalia o facto de terem avançado políticas de privatização de monopólios naturais, como no caso da REN, aliás ilegalmente, como ontem vimos na intervenção do Dr. Jorge Seguro Sanches, e de todo o setor eletroprodutor, nomeadamente hídricas?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Sobre o impacto na competitividade, penso que é um dos fatores de competitividade de que as associações empresariais se queixavam há muitos anos.

Para nós era igualmente importante o impacto no rendimento das famílias, em particular no rendimento das famílias de menores recursos.

Melhorar o rendimento das famílias fazia parte da nossa estratégia de relançamento e, também aqui, fizemos isso, mas da nossa estratégia de competitividade também fazia parte uma estratégia que não fosse assente — como teria sido, de certa forma, a defesa que se fez, durante os anos da troica — na desvalorização real, ou seja, na desvalorização salarial e na redução dos custos salariais como fator-chave da competitividade.

Sempre nos centrámos na ideia de que tínhamos de reduzir os custos das empresas de outra forma, pela redução dos custos de contexto, e os custos de contexto da energia eram muito importantes. Também na redução de outros custos de contexto, nomeadamente no trabalho que fizemos com a Ministra da Presidência, ao nível do SIMPLEX, com mais de 200 medidas de simplificação e modernização administrativas, referentes a medidas de facilitação da vida das empresas, com reduções de custos muito fortes para as empresas e de horas de trabalho despendidas em tarefas burocráticas que foram pura e simplesmente eliminadas.

Há um estudo da Universidade Nova de Lisboa que apenas analisa um conjunto pequeno dessas medidas, penso que 13, e que fala de poupanças de 600 milhões de euros para as empresas só nessas medidas... mas não tenho aqui o estudo em concreto.

Portanto, centrámo-nos muito na ideia de redução de custos de contexto e nesse trabalho de redução de custos de contexto como um fator importante de competitividade.

Do outro lado, também a competitividade pela criação de valor, pela inovação, pela melhoria de qualidade. Por isso mesmo houve: os programas interface, com todo o trabalho que fizemos com os centros de interface tecnológico; todo o trabalho na inovação, não só com o Programa StartUp Portugal, mas também com o programa Indústria 4.0 com a ideia da digitalização; e o reforço em várias áreas do Governo que estão ligadas à inovação.

Não vou aqui dissertar sobre a política da inovação, porque isso seria para fazer noutra audiência, mas a nossa visão da competitividade assenta nestas duas ideias.

Primeiro: reduzir custos de contexto que colocam as nossas empresas em desvantagem face às empresas de outros países. Sem dúvida que isso existia na energia e quisemos trabalhar fortemente na energia também por causa disso. Daí a insistência, por exemplo: na baixa das tarifas de acesso, e uma baixa de 20% é importante; na baixa do preço do gás natural e, de facto, com medidas que tomámos conseguimos baixar o preço do gás natural entre 20 a 30% — para as empresas em certos regimes o preço do gás natural chegou a baixar em 30% — e essa redução dá margem às empresas para terem mais rentabilidade, para fazerem mais investimentos e também, sim, para remunerarem e motivarem mais os seus trabalhadores, porque é essa a visão de competitividade que temos.

Não se tem uma estratégia de competitividade com base na qualidade e na inovação e, em simultâneo, com base em baixos salários. Há aí uma enorme contradição! Mas também não se pode ter uma estratégia de competitividade com as empresas a terem desvantagem de custos em áreas tão importantes como a energia, que para alguns setores são vitais.

Segundo: citou aqui Álvaro Santos Pereira, de quem tive o prazer de ser colega de doutoramento em Nottingham, antes de ele ir para Vancouver, para o Canadá, onde depois terminou o seu doutoramento.

Penso que estas questões são sentidas por diferentes pessoas de diferentes maneiras. Tive sempre muito boa relação com as empresas do setor, tive sempre o cuidado de receber, não só os dirigentes das empresas, como também os acionistas principais e de lhes dar uma mensagem de confiança na estabilidade regulatória, no cumprimento da lei e dos contratos, mas de lhes dar também uma mensagem de firmeza no sentido de que este cumprimento dos contratos tem partes que podem ser menos agradáveis e

que podem levá-los a ter de cumprir as suas obrigações, e não há aqui problema nenhum.

O que disse aos acionistas, e disse-o repetidas vezes, foi que em Portugal era bem-vindo o investimento francês, o investimento alemão, o investimento chinês, o investimento indiano, o investimento do Brasil; que o investimento de todos estes países é bem-vindo em Portugal, desde que cumpra as regras e que funcione para servir os interesses públicos e para ter, obviamente, os lucros que esse investimento procura.

O investimento em Portugal é bem-vindo e não discriminámos investidores, ao contrário do que outros países, inclusive europeus, têm feito, assumindo atitudes muito hostis face ao investimento de determinados países. Isso parece-nos errado, nunca o fizemos e tratámos sempre os investidores com o maior respeito.

Devo dizer-lhe que sempre tive uma relação cordial e civilizada com todas as pessoas desse setor. De facto, também não dei sinais de que estaria aberto a ser «lobbilizado», se quiser pôr a expressão nesse sentido, e nunca dei sinais de que haveria através de mim uma porta para desautorizar o meu Secretário de Estado da Energia, a quem dei sempre todo o apoio.

Penso que aí é que está a força de um secretário de Estado da Energia e de um ministro da Economia, na firmeza dos seus princípios, na sua capacidade de ouvir e de manter uma boa relação com as pessoas. Mas uma boa relação é aquela que temos com as pessoas de quem somos amigos, não é uma relação em que abusamos dessas pessoas nem em que essas pessoas abusam da nossa amizade para o que quer que seja.

Neste caso, não era uma relação de amizade, era uma relação de trabalho, cordial, honesta, cumpridora da lei, em que dava as boas vindas aos investidores, mas que lhes dizia que as regras que se aplicavam a eles não eram melhores nem piores do que as regras que se aplicavam a todas as empresas portuguesas que tinham de concorrer em Portugal, com os preços

de energia que aqui tinham, que aqui tinham de lutar por exportar os seus produtos industriais ou os seus serviços — como é o caso do turismo e de tantos outros setores dos serviços — e que tinham de o fazer em condições de concorrência aberta, sem auxílios de Estado que a Comissão Europeia não deixa, e por isso também não íamos ter aqui a promoção de novos auxílios de Estado ou de condições mais favoráveis para ninguém, nem mais nem menos, a justa medida, o cumprimento da lei, o cumprimento dos contratos.

Foi sempre essa a relação clara que tive e, nesse sentido, penso que foi uma relação cordial, penso que foi verdadeiramente uma boa relação, uma relação como deve ser, uma relação em que nunca me viu ter aqui bravatas contra as empresas, nunca viu fazer uma campanha para dizer seja o que for sobre as empresas, mas também nunca me viu aqui ceder aos interesses, que são legítimos, mas que são interesses particulares face aos interesses gerais e o que eu e o meu Secretário de Estado sempre defendemos — e nesse sentido, eu sempre o defendi e sempre estive ao lado dele — foi o interesse geral contra esses interesses particulares, se necessário, ou ao lado desses interesses particulares quando estes também estão alinhados com o interesse geral.

Sobre o fortíssimo *lobby* da energia, deve existir, deve andar por aí, penso que feliz e contente. Como sabe, há países onde o *lobby* é perfeitamente legal e às claras e eu acho perfeitamente legítimo que as empresas defendam os seus interesses, que façam uma boa argumentação de defesa dos seus interesses, que publicamente os defendam, mas acho que depois têm também de aceitar as regras do jogo, que nem sempre vão levar avante, mas parece-me que as empresas desse setor têm tido lucros, têm tido crescimento, têm-se expandido para outros países, mostrando que têm capacidade para o fazer. Penso que Portugal tem boas empresas nesse setor e não são só as grandes, mas tem também empresas mais pequenas e de média dimensão, que são bons exemplos até de inovação nesta área.

Quanto à privatização da REN, confesso que é uma área na qual eu nunca me revi, não sou nem nunca fui favorável à privatização de uma rede, não sou uma pessoa que ache que o Estado deva ter todos os meios de produção ou que seja favorável à nacionalização de ambos os setores, não sou, não é essa a minha visão da economia. Acho que o Estado, em muitas áreas, deve ser regulador, mas acho que o caso da REN, com o despacho, com a rede, etc., era um caso que deveria ter sido tratado de outra maneira.

Também não venho aqui atirar pedras. Havia uma situação de emergência no País, havia uma situação difícil e penso que o Governo da altura fez o que considerou ser melhor para País. Nesse particular eu discordo e, de facto, não é algo em que me reveja, mas não vou estar aqui a abordar mais esse assunto.

Na parte jurídica penso que o Secretário de Estado ontem, de facto, discorreu mais sobre isso, mas é também a especialidade dele, não é a minha.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir. Cabe agora ao PSD fazer perguntas, através do Sr. Deputado Joel Sá.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, e, naturalmente, o Sr. ex-Ministro Dr. Manuel Caldeira Cabral. Quero agradecer-lhe os contributos que nos deu, as explicações que já aqui deixou e também a exposição que nos fez chegar anteriormente.

Sr. Doutor, o Dr. Jorge Seguro Sanches ontem, nesta Comissão, disse que as decidas das tarifas e a redução do défice tarifário se deveu, em grande medida, ao trabalho realizado pelo Governo anterior. Pergunto-lhe se concorda com esta análise feita pelo seu ex-Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que o que está a fazer é uma interpretação que é meio correta do que disse aqui o meu ex-Secretário de Estado.

O meu ex-Secretário de Estado referiu, de facto, que não foi um trabalho deste Governo, não foi um trabalho em que as medidas foram todas deste Governo, nem nunca quisemos dizer isso.

Ele referiu, em concreto, várias medidas que vieram do Governo anterior, várias medidas que o Governo anterior tentou implementar e algumas, depois, não levou até ao fim. Mas houve várias que implementou e que tiveram efeitos reais na redução das tarifas e outras, como a extensão, por exemplo, das licenças das renováveis tiveram efeitos eventualmente ao contrário, embora como o próprio ex-Secretário de Estado disse, é ambíguo saber exatamente, ano a ano, que efeito tiveram, mas que o envelope geral apontava no sentido negativo.

Portanto, eu penso que o meu ex-Secretário de Estado foi equilibrado, concordo com a visão que ele aqui deu, mas também não foi uma visão de que, de facto, o trabalho de redução e de ataque a todas as rendas, etc., tenha sido feito só e apenas pelo Governo anterior, mas, pelo contrário, foi uma ideia exatamente oposta, uma ideia de que houve uma continuidade nos mesmos objetivos, eventualmente com uma estratégia consistente, que seguimos no nosso Governo, com uma série de medidas, etc., que contribuíram decisivamente para os resultados que conseguimos alcançar.

Mas penso que seria, para mim, profundamente errado estar a olhar para o passado todo como negativo. Pelo contrário, acho que no passado já se fizeram alguns avanços e acho que alguns desses avanços tiveram que ver com o Governo anterior. Como disse aqui, acompanhei até o trabalho que fez o Álvaro Santos Pereira e as medidas que implementou, e sei que algumas delas foram corajosas, mas, como ele próprio disse aqui, também outras ficaram pelo caminho porque não tinham consenso dentro do seu próprio

Governo, o que também me parece algo de natural e que acontece em todos os Governos. Não me parece nada de excepcional.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Como comenta que o Governo anterior tenha conseguido reduzir as rendas em quase 4000 milhões de euros no setor da energia, com baixos níveis de conflitualidade no seu Ministério, para reduzir cerca de 400 milhões, não cobrados, tenha gerado um enorme nível de litigância, de conflito e de instabilidade neste setor.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Parece-me que ontem, aqui, o Secretário de Estado foi muito claro sobre isso: os CMEC de 2014, que não estavam em funções no nosso Governo, também foram contestados legalmente. O facto de não haver nível de conflitualidade no anterior Governo, não sei onde é que o Sr. Deputado esteve a ouvir as palavras que aqui foram ditas pelo ex-Ministro Álvaro Santos Pereira, que me parece que ao ter classificado de *lobby*, etc., e todas as frases que aqui deixou revelam, de facto, alguma conflitualidade.

Portanto, eu contesto o que o Sr. Deputado disse a dois níveis: o primeiro é que não tenha havido casos em tribunal com o anterior Governo — também houve várias ações judiciais contra medidas tomadas pelo anterior Governo; o segundo, o clima de conflitualidade aberta nos *media*, vocal, etc. — houve mais no anterior Governo do que houve no Governo em que estive. De facto, houve um Secretário de Estado muito vocal sobre isso, o próprio Ministro, que teve metade do mandato, foi muito vocal sobre o assunto, e, portanto, parece-me que está a descrever uma coisa que não corresponde à realidade.

A segunda questão sobre os 4000 milhões, penso que o Secretário de Estado explicou aqui ontem que os 4000 milhões anunciados não corresponderam a 4000 milhões realmente efetivados. Ele esteve aqui a

explicar e, se quiser, eu volto a ler exatamente o documento que ambos preparámos em conjunto: dos 2000 milhões iniciais há uma série de medidas que não são depois implementadas. Portanto, não confunda o que foram os anúncios com o que foi a concretização das medidas efetivamente concretizadas.

E também não deixe de descontar as medidas de sinal contrário, que também aqui foram implementadas pelo seu Governo. Se juntar tudo isso e se quiser, também, ser mais rigoroso sobre o que nós fizemos, olhe que as várias medidas que apresentámos não têm o valor que diz e, senão, muitas das coisas que aqui estão, como as descidas dos juros, etc., tiveram também efeitos e, das várias medidas que aqui referi, todas juntas, olhe que estas medidas têm mais efeito do que isso.

Há uma coisa estranha: se conseguiram, de facto, reduzir assim tanto as rendas, os tais 4000 milhões, é estranho que tenham necessitado de aumentar tanto a tarifa regulada, que tenham necessitado sempre de aumentar as tarifas de acesso e que tenham aumentado tanto a dívida tarifária, porque, de facto, se acabaram com as rendas, por que é que cresceu tanto a dívida tarifária? Se acabaram com as rendas, por que é que sentiram necessidade de crescer tanto nos preços e nas tarifas de acesso, que não estão, sequer, associadas à evolução dos preços de outras componentes de energia, estão apenas associadas aos custos do sistema.

Portanto, penso que, de facto, essa comparação não corresponde minimamente à realidade, quer a descrição de alta conflitualidade neste Governo e paz no anterior, porque, de facto, houve muito mais episódios de guerra aberta no anterior Governo, que, se calhar, foram bastante improdutivos na minha visão das coisas — mas é só a minha visão das coisas...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Cortaram mais!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — ... mas então houve mais conflitualidade, de acordo com o Sr. Deputado, porque cortaram mais.

Entenda-se com o Deputado da sua bancada porque, aparentemente, ele acha que houve mais conflitualidade porque cortaram mais. Pois, eu assim não consigo responder!

Mas parece-me que há aqui toda uma realidade alternativa que não corresponde à realidade efetiva: nem cortaram mais — ponto 1 —, nem houve menos conflitualidade. Se calhar, o que houve foi uma conflitualidade mais aberta, mais mediática e, a meu ver, mais improdutiva, enquanto a nossa conflitualidade não foi pessoal ou contra as empresas, foi as empresas contestarem medidas que, de facto, consideravam que as desfavoreciam, mas eram exatamente medidas que cortavam rendas. Algumas dessas medidas foram para tribunal, mas muitas outras não foram, a descida dos juros, por exemplo, não foi contestada pelas empresas e foi efetiva.

Portanto, houve várias medidas que avançaram, que tiveram efeitos na tarifa, que foram positivas e não geraram conflitualidade. Houve outras que sim. Quando tiver um Ministro que tutele a energia que consiga estar três anos na pasta a tutelar a energia e que não tenha nenhuma das suas decisões contestada pelas empresas do setor, asseguro-lhe que talvez nessa altura possa garantir que tem um mau ministro. Não foi o meu caso.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O senhor fez um grande discurso mas a minha questão foi sobre a litigância e não com aquilo que referiu, que fugiu completamente à questão que lhe coloquei. Uma questão é a litigância em tribunal e não há comparação possível entre o que era no Governo anterior e o que é com o atual Governo. Portanto, o senhor fugiu completamente à questão...

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Mas não houve litigância no Governo do PSD?

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Litigância em tribunal é completamente diferente aquilo que se passou com o Governo anterior e com este Governo. E a questão era essa. O senhor fugiu à questão, mas passamos à frente.

Relativamente ao que também diz, a evolução tarifária que apresentou aqui, que, segundo o Sr. Doutor, a partir de 2016 ela baixa, é por milagre, portanto, não foi graças às medidas tomadas anteriormente. E eu peço-lhe se pode concretizar quais foram as medidas tomadas durante o seu mandato que tenham um impacto real nas tarifas do défice tarifário e quanto representam em concreto, não em teoria.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — De facto, apresentei aqui uma série de medidas, apresentei-as de forma mais sucinta porque tinham sido já apresentadas pelo Secretário de Estado ontem, muitas destas medidas, penso que quase todas. E depois, como algumas delas deram origem a perguntas e a esclarecimentos adicionais, foram, de facto, explicadas em grande profundidade.

Mas, uma vez que suscita, veja, por exemplo, a redução dos juros da dívida tarifária (*slide* 15). Quando nós entrámos os juros eram cerca de 3% e baixaram para 1,1%. Com isto ainda foi adicionalmente acrescentado a dívida baixar de 5000 milhões para 3200 milhões, o que deu uma redução dos encargos com a dívida tarifária que se refletiu na tarifa. A dívida, que em 2011, era 1944 milhões e que subiu, em 2015, para 5080 milhões e que desceu, agora, para 3217 milhões. Ou seja, esta descida da dívida adicionada da descida dos juros — não é adicionada, é multiplicada pela descida dos juros —, reduziu em cerca de 30 milhões ou até mais os encargos com a dívida e o serviço da dívida, de facto, baixou.

É um exemplo, mas temos várias outras medidas e podemos continuar por essas mesmas medidas. É bom que se diga que nada disto é milagre. Isto foi um trabalho feito e, no caso das taxas de juro, foi um trabalho feito também em articulação com o regulador, em articulação com as empresas, etc. Conseguiu-se, de facto, avançar.

A diminuição do valor pago pelos CMEC teve também um efeito importante. Por exemplo, o que tinha sido feito — e o Secretário de Estado referiu-o aqui — pelo anterior secretário de Estado do Governo do seu partido, poucos dias antes ou no dia anterior às eleições, de voltar a colocar nos consumidores o custo da tarifa social e custos adicionais que não estavam nem nunca estiveram previstos, ao terem sido retirados, obviamente geraram poupanças. Mas tem aqui o rigor nas atualizações atuariais. O Secretário de Estado explicou que tinha a ver com os encargos com as reformas de funcionários e, principalmente, com reformas antecipadas dos contratos que estavam a ser cobradas aos clientes, e foi considerado que não o deveriam ser. Penso que referiu aqui umas dezenas de milhões para estes valores. Somados estes vários valores, alguns maiores do que outros... Temos aqui os CMEC — e a redução é importante —, mesmo no sobrecusto das renováveis, há uma descida de quase 200 milhões, penso que até é ligeiramente superior a 200 milhões. Ou seja, em várias destas áreas, há descidas consistentes.

Quando se aplica a CESE, que deveria ter sido reencaminhada para baixar os custos do sistema elétrico — foi para isso que ela foi implementada —, viu-se que em 2014 e em 2015 não foi 1 cêntimo para isso. Nós trabalhámos para isso e, em 2017, em 2018 e em 2019, temos, de facto, a aplicação da CESE.

Todas estas medidas acumuladas — e estamos a falar, em 2019, de 190 milhões — têm impactos concretos que ajudaram a baixar o custo e contribuíram para o resultado que conseguimos.

Tenho aqui apenas algumas das medidas... Veja, por exemplo, a garantia de potência. Penso que na garantia de potência estavam umas dezenas de milhões, que deixaram de estar. Do que estamos a falar é de uma série de medidas, todas elas no mesmo sentido, não encontra nenhuma medida de sentido contrário. Todas estas medidas no mesmo sentido têm um efeito que se consegue ver não só na descida dos preços face ao que estava previsto, não só na descida das tarifas de acesso que depende exclusivamente dos custos do sistema e, portanto, só foi conseguida porque foi possível uma forte redução dos custos do sistema, mas também na aplicação da tarifa social, que reduz o preço em 33,8% a quase um milhão e meio de pessoas. Portanto, estamos a falar, neste caso, claramente, de uma medida totalmente implementada por nós. Ou seja, quando passamos dos 100 000 para os 780 000, temos 680 000 famílias que não beneficiavam de uma redução de 33,8% e que só passaram a beneficiar porque nós, de facto, implementámos esta política. Há outros casos em que o que implementámos contribuiu, há outros casos em que o que implementámos contribuiu, em conjunto com medidas que já vinham de trás. Não tenho qualquer problema em dizê-lo.

Agora, não há aqui milagre nenhum. Uma vez que, ontem, o meu Secretário de Estado deu explicações de 4 horas sobre as várias medidas, eu, hoje, não quis estar aqui a descrever em pormenor não só porque esta área estava com tutela delegada, mas também porque achei que a repetição de todas estas medidas não seria demasiado interessante, mas estou perfeitamente disponível para discutir algumas delas. Terei toda a abertura para o fazer.

Estas medidas não excluem as que vinham de trás, estas medidas tiveram um contributo concreto, não foram nenhum milagre.

A questão é esta: no final, o conjunto das medidas que tomámos alterou a situação face ao previsto. O que estava previsto em 2015 era exatamente esta evolução: que os preços, em 2017, aumentassem 3% e

aumentaram 1,2%; que, em 2018, aumentassem 2,9% e diminuíram, menos 0,2%; que, em 2019, aumentassem 2,9% e diminuíram 3,5% — isto na tarifa regulada.

Nas tarifas de acesso, não havia uma previsão tão clara; o que havia era uma história de aumentos regulares à volta dos 6%, que invertemos passando a haver uma diminuição. Isto não é um milagre, isto deu muito trabalho. Garanto-lhe que deu muito trabalho ao meu Secretário de Estado, garanto-lhe que deu muito trabalho a toda a sua equipa, garanto-lhe que deu muito trabalho também aos reguladores, garanto-lhe que deu muito trabalho conseguir estes resultados. Mas conseguimos e os resultados estão cá e falam por si. Mas os resultados não resultam de uma caixa negra quase que por magia. Não, estão ancorados num conjunto vasto, grande, concreto de medidas com efeitos que são quantificáveis — alguns mais facilmente do que outros, mas com uma particularidade: são todas no mesmo sentido e o sentido é exatamente o dos resultados que foram conseguidos.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Doutor, o futuro irá confirmar ou não todas essas declarações. Sabemos que as medidas implementadas nunca têm efeito imediato, demoram sempre algum tempo neste setor e por isso é que começou logo em 2016 a baixar.

Prosseguindo, uma das medidas de política energética tomada pelo anterior Governo foi a criação, através do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, da possibilidade de existir a produção de energia renovável sem tarifas *feed-in*, ou seja, em regime de mercado.

Até essa data, não havia enquadramento para licenciar potência renovável, as PRE, sem apoio do Estado — é um facto. Esta foi uma alteração estruturante e muito importante para o desenvolvimento do setor, designadamente no que se refere à produção de energia fotovoltaica sem subsídios.

Na sua opinião, estas medidas foram, ou não, realmente importantes para o desenvolvimento do setor?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Uma das questões que aqui levantou foi a de que algumas medidas demoram tempo a atuar.

Quando olha para o gráfico da tarifa social, o que vê é que, quando alargámos a tarifa social — e fizemo-lo logo no início de 2016 —, houve um salto brutal imediato. Se havia alguma medida neste âmbito para trás, claro que havia. Havia uma lei de 2010 que previa que 760 000 famílias tinham direito à tarifa social. Só que só 100 000 é que estavam a ter esse direito efetivo.

Portanto, não, não é verdade que todas as medidas demorem muito tempo a atuar. Algumas demoram algum tempo a atuar e por isso mesmo é que também as descidas de preço que ocorreram e as descidas das tarifas de acesso se concentram no final do nosso período governativo e não no princípio. Grande parte das medidas que tomámos só tiveram efeito em 2017 e em 2018 ou até em 2019 e por isso mesmo é que, em 2019, há uma descida bastante mais acentuada do que a de 2018, e é mais acentuada a de 2018 do que a de 2017. Não há aqui um efeito muito forte nas tarifas de acesso que tenha vindo de trás. Não havia nenhuma descida anterior, havia subidas muito consistentes e passou a haver descidas. É uma alteração.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Não está a responder às perguntas.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Estou bastante focado naquilo que disse.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Mais uma vez, não responde às perguntas que lhe são colocadas para tentar enquadrar e justificar muito as medidas que não conseguiram implementar.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Parece-me que disse que as medidas...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — A pergunta é esta: na sua opinião, as medidas foram realmente importantes para o desenvolvimento do setor? A produção de energia renovável sem tarifas *feed-in* foi importante para o desenvolvimento do setor?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Essa era parte da pergunta a que iria responder a seguir.

Sim, sem dúvida. Parece-me que se consegue ver logo no primeiro *slide* o aumento da produção de renováveis sem subsidiação. Mas, que eu saiba, renováveis sem subsidiação a produzir só aconteceu com este Governo. Ou seja, legislação sobre tarifa social existia desde 2010, mas com 80%, ou mais, dos beneficiários só ocorreu depois de implementarmos o sistema. Prever que havia tarifa sem subsidiação já estava previsto. Penso que a legislação ia no sentido correto, mas, quando se estenderam por mais 5 a 7 anos a subsidiação, basicamente o que se fez foi tornar esta legislação bastante inútil e o trabalho que fizemos foi concretizar esta possibilidade. Portanto, nós concretizámos esta possibilidade. Se me pergunta se concordo com licença nas renováveis sem subsidiação, devo dizer que concordo. Pelos vistos, ambos concordamos com isso. Muito bem!

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — A pergunta era só essa.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Eu disse isso na apresentação que aqui fiz. Pode ler-se «Aumentar a produção de renováveis, sem subsídição». Está escrito na 4.^a linha do primeiro *slide*. Se calhar, há pouco passei os *slides* muito rapidamente, mas está escrito na 4.^a linha do primeiro *slide*.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Doutor, a pergunta era muito simples, a resposta era também muito simples e acabou por responder de forma simples.

Durante o seu mandato, enquanto ministro da tutela do setor da energia, foram licenciados, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, mais de 1000 MW em centrais fotovoltaicas, sem quaisquer subsídios.

Recentemente, diversos promotores, como, por exemplo, a Galp, vieram a público afirmar que não são necessárias tarifas garantidas pelo Estado para que possam ser realizados os seus investimentos em centrais solares fotovoltaicas.

Pergunto se não entende como um desperdício de recursos ser o Estado a apoiar aquilo que os privados já fariam, de qualquer forma.

Sendo a capacidade económica e financeira um dos critérios gerais para a atribuição de uma licença de produção de energia, nos termos do artigo 33.º-F do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, como explica as declarações do Ministro da Transição Energética, que diz que é preciso dar segurança aos investidores para concretizarem os projetos de potência solar que já estão licenciados, pois as licenças já atingiram 1500 MW, mas estão a ser construídos apenas 49 MW.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não vou comentar as declarações do Ministro, uma vez que o Ministro vem cá e poderá explicar essas declarações e outras que queira fazer.

Posso responder à questão mais ampla que colocou, a de saber se está ou não a acontecer centrais. Nunca tinham acontecido no passado, estão a acontecer porque nós implementámos concursos para acesso à rede e demos licenças sem tarifa *feed-in* e estão a funcionar centrais e outras, como já referi anteriormente, estão já com investimentos em concreto, no terreno, de vários milhões de euros, o que mostra um compromisso.

Se, na gestão deste processo, se pode dar outros estímulos, outros incentivos ou fazer concursos com outras regras, tudo bem, serão decisões de política económica que, quando forem apresentadas, poderemos discutir se dão incentivos razoáveis, se não dão, se o que cobram em termos de concurso para dar esses incentivos resulta ou não num preço justo. Mas nesse caso é preciso conhecer os termos e, nesse momento, poderemos falar sobre o assunto.

Neste momento, o que poderia fazer era não especular ou discutir sobre aquilo que fiz durante no meu tempo de governação, mas especular sobre aquilo que o atual ou posteriores ministros vão fazer na sua área de governação nos próximos anos. Penso que é um exercício interessantíssimo, mas, de facto, não é para esta Comissão.

Pausa.

Esclareço, então, que não é para a minha intervenção nesta Comissão, porque não me cabe a mim estar a especular, a comentar ou a fazer outras considerações e exercícios teóricos sobre esse assunto. Penso que não foi para isso que fui cá chamado, nem me cabe a mim fazer isso neste momento. Acharia até incorreto.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Doutor, de acordo com o jornal *Público*, o Dr. Sá da Costa, Presidente da APREN, afirma que há muitos interessados

em investir em energia solar, mas, e passo a citar, «não conseguem fazer nada, porque não têm pontos de ligação, enquanto que os que têm não há meio de fazerem nada».

O novo Secretário de Estado reconhece que é urgente dar uma resposta a vários temas. Por um lado, num momento em que há muitos pedidos em lista de espera, é preciso limpar o sistema de todos aqueles que estejam em situação considerada irregular e, por outro, é preciso fazer com que os projetos licenciados nesta Legislatura passem à realidade e a incentivar novos, de modo a cumprir as metas de renováveis do País.

O Decreto-Lei n.º 215-B/2012 prevê, no artigo 33.º-F, um conjunto de critérios para a seleção dos melhores projetos para atribuir licenças de produção de energia renovável.

Durante o seu mandato, foi criado um mecanismo de sorteio, instituído pela Portaria n.º 62/2018. Pergunto por que razão foi criado este mecanismo? Não acha que este mecanismo, para sorte de uns e azar de outros, poderá ter impedido a concretização dos melhores projetos e ter aberto a porta a projetos que poderão ser considerados especulativos?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, penso que, nesse sentido, havia até abertura para corrigir esse método e era isso que estava a ser estudado, para passar a existir um método de concurso.

O que está em causa é uma área que, de facto, fizemos avançar e que teve uma resposta interessantíssima, da parte do mercado, que excedeu muito todas as expetativas.

O problema que existia antes de entrarmos para o Governo era não haver ninguém a querer produzir energia renovável sem subsidiação. Nunca tinha acontecido. Nós preparámos condições favoráveis a que isso acontecesse e apareceu uma procura que, por ser tão forte, criou problemas a nível de garantir que toda essa procura tinha pontos de acesso. O que é que

fizemos? Em primeiro lugar, trabalhámos, a nível dos investimentos, para que os investimentos refletissem a necessidade e a vontade de instalação de capacidade de produção, com base no aproveitamento solar, em zonas que não tinham rede elétrica dimensionada, porque também não tinham, de facto, um peso populacional, de indústria, etc. que o justificasse. Em segundo lugar, licenciámos os que já reuniam as condições e avançámos. O que se avançou, e o que referia, recentemente, o *Jornal de Negócios*, é que, dos 38 licenciados que foram estudados, 20 estariam já prontos e seria possível começarem a produzir já em 2019, o que significa que estão em fases relativamente avançadas do seu investimento.

Nós tivemos a precaução de conter os processos especulativos com licenças que se perdiam ao fim de três anos. Portanto, a caução e a licença era perdida ao fim de três anos, de forma a evitar exatamente esses processos, com condições que foram muito mais rigorosas do que no passado, em que as atribuições eram mais longas.

Mas era preciso ver, em alguns casos, o que é que estava a causar o entrave ao processo. E, em alguns casos, eram as ligações, noutras casos, eram autorizações várias, desde carácter ambiental até outras, mas isso foi feito caso a caso. Como ontem aqui referiu, e muito bem, o meu Secretário de Estado da Energia, ele empenhou-se diretamente — e eu fui tomando conhecimento — em garantir, em perceber melhor quais eram as restrições e os problemas e ir trabalhando com as próprias empresas no sentido de os resolver.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Então, podemos inferir daqui que qualquer irregularidade que possa existir pode ser assacada ao seu Secretário de Estado da Energia.

Referiu, como quarta prioridade, o aumento da produção de energias renováveis sem subsidiação. A legislação anterior já o previa, embora custe

reconhecer esse facto. E aquilo que verificamos é que há um grande anúncio e há muitas licenças atribuídas, mas construídas há muito poucas.

Gostaria que comentasse as seguintes afirmações, feitas pelo Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética: «temos um sistema que é muito bom a atribuir licenças mas que se tem revelado ineficaz a garantir a concretização desses investimentos» e «não podemos ter pontos de acesso à rede (...) no sul do Alentejo e no norte do Algarve (...) condicionados com projetos de papel».

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Sr. Deputado, não vou comentar as palavras do Sr. Ministro do Ambiente, mas só posso concordar que não podemos ter projetos ou pontos de ligação apenas com um papel. Penso que era exatamente por isso que estávamos a ponderar alterar os métodos de concurso.

Anteriormente, tivemos de fazer o sorteio, porque havia uma quantidade muito grande com condições legais para ter essas licenças e, portanto, era preciso desenhar concursos que fossem mais estritos ou, então, que tivessem uma base concursal de algum pagamento que justificasse ou que financiasse também essas próprias ligações — isto também estava a ser estudado —, mas devo dizer-lhe que os investimentos que estão no terreno, estão no terreno. A central de Ourique já não é pequena, está a produzir, e já está a produzir há vários meses.

A central que referi no norte do Algarve, no norte/noroeste do Algarve, peço desculpa, no nordeste do Algarve, está já com terraplanagens feitas, com equipamentos elétricos de milhões de euros comprados, e a serem instalados, com contratos e empresas de construção a fazerem a ligação à rede, e até com painéis solares comprados, tanto quanto sei. Portanto, o que temos são investimentos que estão em curso e digo-lhe que em relação a um investimento daquela dimensão, se não estivesse em curso e já com algum

avanço, não poderia estar a perspetivar-se, por parte do operador, que estará a funcionar em 2019, porque tudo aquilo demora tempo a fazer, a licenciar, a contratar, a encontrar as empresas... Mesmo a encomenda dos equipamentos demora o seu tempo, não é de entrega imediata, não é ir a um hipermercado comprar um televisor. São equipamentos que têm de ser fabricados muitas vezes por medida e que têm de ser encomendados com tempos de espera razoáveis. Por isso mesmo, se todos esses passos já estão dados, a empresa tem confiança de que vai abrir em 2019 e, aparentemente, das 38 empresas, 20 têm essa confiança. Até lhe digo que, tanto quanto me apercebo, é mais do que estava no próprio mapa que o Sr. Secretário de Estado tinha desenhado, o que significa que, eventualmente, pelo caminho, até as condições aceleraram, porque estavam previstas menos para 2019.

De qualquer modo, é uma situação que acompanhamos e penso que esta Comissão, se tem dúvidas sobre esse assunto, se calhar, devia fazer algum estudo sobre o estado de implementação dos projetos, no sentido de identificar qual é a percentagem ou o número dos que estão completamente por iniciar, que ainda não tiveram quaisquer trabalhos, quais os que estão em fase de licenciamento, quais os que estão em fase de investimento, com uma parte já substancial do investimento realizada, e quais os que estão prontos a entrar em funcionamento em prazos de 3 meses, 6 meses ou um ano.

Pelos vistos, há 20 que afirmaram nesse estudo, que também não conheço em profundidade mas que foi citado pelo jornal, que estariam prontos para entrar em funcionamento nos próximos 9 meses, o que significa que já estão num estado muito avançado de investimento.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Doutor, mas o Sr. Secretário de Estado devia ter assegurado essas ligações e devia ter-se certificado das condições.

Relativamente às dúvidas, não é esta Comissão que as tem, nem tem de ter, é o atual Secretário de Estado que, numa entrevista, diz que há

suspeitas sobre a seriedade das intenções em torno de algumas das novas licenças atribuídas. É o atual Secretário de Estado que o diz e, portanto, não é esta Comissão que tem essa dúvida mas, sim, o Sr. Secretário de Estado.

Sr. Doutor, qual foi o verdadeiro motivo para a não concretização do investimento, visto que a capacidade económico-financeira estava assegurada como condição prévia à atribuição das respetivas licenças?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Sr. Deputado, penso que a sua pergunta — qual é a razão para o não investimento? — parte de um falso pressuposto. Acabei de explicar que há vários desses operadores que estão a fazer investimentos. Portanto, não percebo a sua pergunta.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — A minha questão tem a ver com as dúvidas do atual Secretário de Estado. O Sr. Doutor citou um jornal e eu também cito aqui o Sr. Secretário de Estado, numa entrevista que deu e que tem a ver com essa questão.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não vou comentar as palavras do Sr. Secretário de Estado, mas, face ao historial no passado, em que sempre que foram atribuídas licenças para as mais diversas questões houve sempre algumas que acabaram por ser atribuídas e não exercidas, parece-me razoável haver a suspeita de que possam existir alguns casos. A questão é esta: a suspeita de que há alguns casos — muitos casos, poucos casos, a maioria dos casos, uma coisa ou outra — é só isso, é uma suspeita, é uma especulação. Não é isso que, nas declarações que reproduziu, do Sr. Secretário de Estado, ele faz. Ele diz que pode haver casos e que isso deve ser investigado, até para se melhorar o modelo de atribuição de licenças. E, sinceramente, nesse aspeto, só posso concordar totalmente com o Sr.

Secretário de Estado. Que se averigüe, que se estude e até que se melhore o modelo de atribuição de licenças.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Vê alguma conveniência em avançar com leilões com tarifas *feed-in*, havendo vontade e capacidade económica, por parte dos privados, para investir em regime de mercado?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Entendo que deve ser estudado se há ou não necessidade de tarifas *feed-in*. Penso que também é muito diferente o que se fez no passado, que foi a existência de tarifas *feed-in* com rentabilidades muito elevadas, de haver tarifas que possam garantir o investimento com base em concursos, em que o que se paga de licença pode absorver parte dessa renda, se for uma licença concursal, concorrencial, etc. Penso que serão situações muito diferentes.

A nossa opção foi a de colocar a preços de mercado, sem tarifas *feed-in*. Mas a nossa opção, no momento em que ainda estávamos no Governo, era a de melhorar o processo concursal e era nesse sentido que estávamos a trabalhar, já até em termos de processo legislativo, etc. Estávamos a tentar facilitar, melhorar e criar mecanismos de mercado que pudessem dar maiores garantias de preço aos investidores, isto é, em vez de a garantia ser dada pelo sistema, poder haver operadores — e estávamos a trabalhar isso no sentido de empresas industriais ou agregadores de compras ou novos comercializadores — que garantissem às novas empresas produtoras a compra a determinada tarifa, ganhando com isso quem estava a fazer o investimento, que tinha um chão mínimo de tarifa, mas ganhando também quem estava a comercializar, porque teria uma capacidade de comercializar a preços mais competitivos, se conseguisse fazer uma boa negociação. Esses contratos de compra já hoje existem, mas a nossa ideia, e era essa ideia que estávamos a estudar, era a de como poderíamos facilitar ou dar mais

incentivos a esses contratos. Isso seria uma forma diferente de facilitar o investimento de quem quer investir e de garantir também aos novos comercializadores mais espaços no mercado, trazendo, assim, mais concorrência aos operadores convencionais.

Penso que pode haver aqui muitas soluções, não me foi ainda apresentada nenhuma concreta, pelo que entendo que estarmos já a criticar ou a presumir uma série de coisas, com base em declarações feitas no jornal, em apreciações sobre o que pode ou não existir, é pura especulação e, portanto, não me vou alongar nesse sentido.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Nesta Comissão temos ouvido várias alusões à existência de *lobbies* no setor, seja o da eletricidade, seja o do nuclear ou até mesmo o das renováveis. Alguma vez se sentiu pressionado ou condicionado por algum desses *lobbies*? Se sim, por qual?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não me senti nem pressionado nem condicionado e penso que isto tem a ver com a forma como estou na vida. Estou na vida com um enorme desprendimento, com um enorme à vontade e, portanto, não me deixo pressionar por *lobbies*.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Isso não significa que não existam.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não, não! Não estou a dizer que não existem, só estou a dizer que não me senti pressionado.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Na sua opinião, qual foi o motivo que terá levado o seu sucessor a demitir o Diretor-Geral da Energia, Eng.º Mário Guedes, quando este se preparava para aplicar um corte de 300 milhões de

euros às rendas da energia e a quem o seu Secretário de Estado teceu rasgados elogios no programa *Sexta às 9*.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Sr. Deputado, deixe-me tecer iguais elogios ao trabalho que fez o Diretor-Geral.

O que me está pedir é para especular sobre o que é que o Diretor-Geral ia fazer, para depois especular sobre porque é que ele foi, ou não, demitido e porque é que uma nova equipa, que quis dar, eventualmente, um novo rumo ou ter novas prioridades, quis trabalhar com um novo diretor.

É tudo muito especulativo. Confesso que não sei, não vou entrar por aí e, como disse, não tem a ver com o período em que estive na governação, tem a ver exatamente com o período seguinte.

Penso que uma boa sugestão que lhe posso fazer sobre essa questão pela qual tem tanto interesse, e legítimo interesse, é que pergunte às pessoas que se seguem e que cá vêm, que lhe podem explicar essa decisão.

De facto, eu não sou a pessoa indicada.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Teremos oportunidade de o fazer.

De acordo com o jornal *Público*, o atual Secretário de Estado da Energia justificou esta demissão com o facto de o Engenheiro Mário Guedes ser um especialista em pedreiras e minas e, portanto, sem o perfil adequado para responder à agenda de transição energética. Entretanto, nomeia o Engenheiro João Bernardo, que é licenciado em engenharia florestal. Qual é a sua opinião sobre esta justificação?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não percebi a pergunta. De facto, tenho de lhe dizer que não percebi a pergunta. Ele ser um especialista em minas é uma realidade, e é de facto uma pessoa...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Nós sabemos!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Mas estamos a falar da Direção-Geral de Energia e Minas e, portanto, faz todo o sentido.

Penso que só lhe posso devolver a pergunta, ou seja, como comenta a mesma coisa. De facto, está a pedir-me para eu comentar uma decisão que não foi minha, com base num artigo de jornal, e penso que o Sr. Deputado pode comentar essa decisão com a mesma capacidade e liberdade que eu. Agora, não me parece que o meu comentário sobre isso acrescente seja o que for e não tenho qualquer comentário sobre esse assunto.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Doutor, eu estou aqui para questionar o senhor está aqui para responder, e não o contrário.

A questão é muito concreta mas o senhor não quer responder, tem o seu direito.

Em 15 de maio de 2018, o Sr. Ministro-Adjunto Pedro Siza Vieira apresentou um pedido de escusa ao Primeiro-Ministro relativamente aos temas da energia, por incompatibilidade adveniente do facto de a China Three Gorges, principal acionista da EDP, ser representada em Portugal pela Sociedade de Advogados Linklaters, da qual o Ministro-Adjunto é sócio.

Não obstante, o que é verdade é que, antes da formulação deste pedido de escusa, o Ministro-Adjunto e os elementos do seu Gabinete reuniram anteriormente à OPA com representantes da China Three Gorges, conforme confirmado ao jornal *Observador* pelo Gabinete do Ministro-Adjunto, a 12 de maio de 2018. Tratando-se de temas do setor da energia não seria razoável que fosse o Ministro ou o Secretário de Estado com a tutela da Energia a terem esta reunião, ou pelo menos estarem presentes?

Que temas tem o principal acionista da EDP para tratar com o Ministro-Adjunto?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que nessa ocasião o Secretário de Estado estava fora e o Ministro Sisa Vieira é Ministro-Adjunto. Portanto, tem uma pasta muito ampla e com relações nesse sentido, com investidores, etc., o que fazia todo o sentido. Não me parece que tenha sido algum problema.

Quanto à primeira parte que referiu, de ele ter pedido escusa pela sua vida profissional anterior, parece-me que foi uma decisão correta. Pode até ser discutível se era ou não necessário tomá-la, mas ele achou mais correto tomá-la e não tenho nenhuma crítica a fazer, pelo contrário.

A única coisa que tenho a dizer é que o Sr. Ministro Pedro Sisa Vieira, com quem trabalhei em duas ocasiões diferentes — trabalhei quando estava na Estrutura de Missão para a Capitalização e, depois, enquanto Ministro — , fez um trabalho importante e muito produtivo como Ministro-Adjunto.

Nesse sentido, trabalhei também com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com o Secretário de Estado da Internacionalização em viagens ao estrangeiro e recebendo investidores, etc., algo que era importante fazer, e penso que todos os governos fazem, recebendo os investidores, explicando a política, dando confiança aos investidores e estimulando-os a investir em Portugal. De facto, Portugal continua a precisar de investimento estrangeiro.

Não me parece que haja nada de incorreto nessa questão.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O senhor é que era o Ministro da tutela e, portanto, a estranheza está em o senhor não estar presente num assunto que tutelava.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Recebi várias vezes os representantes da China Three Gorges e recebi várias vezes outros

representantes, e o Secretário de Estado da Energia também. Não vejo qual é a questão.

Nessa ocasião em particular, houve uma articulação com o meu Gabinete. Eu penso que tinha compromissos anteriores, o Secretário de Estado estava fora e o que acontece nesses casos é que eles vinham da China e se podia dizer «recebo-o para a semana», que era, muitas vezes, o que acabava por fazer com outros empresários que, estando em Portugal ou estando mais perto, poderiam articular ou gerir melhor as agendas comuns.

Penso que esse pedido foi feito muito em cima da hora e essa foi a solução na altura, mas não vejo que dessa reunião tenha resultado nada de muito diferente do que resultou das próprias reuniões que eu tive, que eram reuniões em que explicávamos como é que as coisas estavam a funcionar, a forma como víamos o investimento em Portugal, os outros investimentos que poderiam fazer cá, dávamos confiança, explicávamos alguns dos processos, evitando atritos ou mal-entendidos.

Fiz isso com investidores de muitos países, em muitas ocasiões diferentes. Tratava-se de grandes investidores numa grande empresa e, portanto, justificava-se que o Governo desse atenção a esses investidores, principalmente num momento em que poderiam fazer novos investimentos ou, com os seus investimentos, criar mais emprego no País.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Continuamos a registar estranheza pelo facto de o Ministro que tutelava a área não achar importante estar presente.

Na negociação para o Orçamento do Estado para 2017, o Grupo Parlamentar do BE e do PS aprovaram uma medida para a energia de tributação específica sobre os produtores de energia renovável. Depois de a medida ter sido aprovada pela maioria dos Deputados desta Casa, o Primeiro-Ministro interferiu e intercedeu junto dos Deputados do Grupo Parlamentar

do PS de modo a que estes corrigissem o voto expresso, causando uma das situações mais embaraçosas da história da democracia do nosso país.

Da análise da comunicação com a ERSE infere-se claramente que o Sr. Secretário de Estado da Energia tinha uma opinião adversa ao conteúdo do Decreto-Lei n.º 35/2013. Penso mesmo que o declarou nesta Comissão.

Sendo o governante que tutelava a pasta da Energia membro de um Governo que até a privatização da TAP reverteu, porque não promoveu a revogação desse Decreto-Lei se tinha o apoio, como disse aqui, do Governo e da Assembleia da República, a que se referiu anteriormente? Em que medida apoiou o Sr. Secretário de Estado na tentativa de reverter este Decreto-Lei?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Em primeiro lugar, não achar importante estar presente não corresponde àquilo que eu disse. É a sua interpretação sobre aquilo que eu não disse.

Achei importante estar presente em numerosas reuniões com investidores, nomeadamente em reuniões com a China Three Gorges. Não consegui estar presente nessa reunião e Ministro-Adjunto substituiu-me, como Governo. Sinceramente, não é esse o único papel do Ministro-Adjunto, mas também é esse o papel do Ministro-Adjunto, ou seja, muitas vezes, é o de cobrir, de facto,...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Mas é numa decisão muito importante sobre a OPA!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Deixe-me que lhe diga que estive em várias reuniões com a China Three Gorges. Portanto, não se trata de achar pouco importante.

Agora, não estive em todas as reuniões com todos os investidores que em todos os momentos me pediram e, nesse sentido, tratei essa empresa da mesma forma e com o mesmo respeito. Essa empresa, se tivesse havido disponibilidade da minha parte ou da parte do Secretário de Estado, teria sido recebida pelo Secretário de Estado ou por mim, como foi outras ocasiões.

Portanto, não houve aí nenhuma... Penso que está a tentar fazer alguma questão à volta de nada. É só essa minha questão.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — O que me está dizer é. Em viagens ao estrangeiro tive várias vezes encontros com a comunidade portuguesa e há um Secretário de Estado, com o qual me dou muito bem e de quem gosto muito, que é o Secretário de Estado das Comunidades. Estive a espezinhar?!... Não, estava eu no estrangeiro.

Esse Secretário de Estado tem feito um papel fantástico neste Governo, tem-se fartado de viajar, mas mesmo ele não consegue estar em todo lado do mundo.

Portanto, em vários momentos, membros do Governo, de certa forma, trabalham em conjunto. Talvez nos vossos governos não fosse assim, não faço ideia mas também não vou especular sobre esse assunto. É mais um!

O Sr. **Presidente**: — Está a falar de alguém que declarou um impedimento para tratar do assunto.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Declarou um impedimento para ficar com essa pasta e tomar decisões. Penso que é muito diferente de ouvir investidores, mas é sua opinião.

Não sei se o Sr. Presidente quer formular uma pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Não, mas vou formular uma pergunta para perguntar se o Sr. Deputado Joel Sá já terminou ou ainda tem questões a colocar.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Ainda não terminei.

Sr. Doutor, peço desculpa mas vou ter de insistir. Não estamos a falar de uma decisão qualquer. Temos um Ministro que pediu escusa porque tinha interesses neste assunto. Trata-se de OPA a uma empresa desta importância e, numa reunião desta importância, o Sr. Ministro estava cá e não os recebeu. É essa a questão.

Depois também não respondeu à questão da tentativa de reverter o Decreto-Lei n.º 35/2013, sobre se apoiava ou não o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Essa era a questão a que iria responder em seguida. Penso que essa é uma questão importante e é importante esclarecê-la.

O que aconteceu foi uma medida que não era perfeita, que merecia, e tinha, alguma discussão porque estender a CESE às renováveis tinha questões de justiça em relação aos preços, etc., que eram praticados e era uma das tais rendas que muitos consideravam excessivas.

Mas havia também outras questões, nomeadamente ambientais ou que se ligavam com elas, sobre se queríamos promover mais energias renováveis. Estávamos, de facto, numa fase em que queríamos atrair investimento para mais energias renováveis e isso poderia ser um problema, principalmente poderia criar problemas ao nível do investimento estrangeiro, uma vez que grande parte dos parques de renováveis já não estavam sequer com os donos iniciais, tinham sido vendidos, muitos estavam com fundos estrangeiros, etc.

Ou seja, todas as questões ligadas a essa medida requeriam uma ponderação, e uma ponderação transversal até a várias áreas governativas.

Colocavam-se questões ao nível da confiança dos investidores estrangeiros, colocavam-se questões ao nível da tributação. Estamos a falar de uma taxa que era substancialmente diferente da CESE aplicada a outros setores. Criava-se todo um conjunto de diferentes questões.

Penso que assim entendemos no Partido Socialista, e mesmo o meu Secretário de Estado disse aqui que concordava com essa medida com algumas reservas. Confesso que eu concordava com ela em termos de justiça para a área da energia mas com mais reservas, e com reservas adicionais pelos efeitos colaterais que ela poderia ter.

A questão é que, como em todas as negociações do Orçamento, há matérias que começam a ser discutidas um ano antes, outras seis meses antes e outras ainda são decididas depois, muito em cima do Orçamento. E quando são questões com implicações muito amplas e com implicações que não estão todas estudadas ou pensadas — penso que foi esse o sentido da decisão dos Deputados do Partido Socialista —, considerou-se que se deveria ponderar melhor. De facto, uma medida com o mesmo sentido, embora não com a mesma amplitude, mas mais ponderada, foi introduzida no ano seguinte.

É só o que tenho a dizer sobre isso, mas foi uma decisão revertida pelos Deputados do Partido Socialista.

Agora, se me disser: «sem razões nenhuma, com isto, com *lobbies*, com tudo...» Não! Essa medida tem implicações mais amplas do que só no setor energético e é por isso que, de facto, quando há um Governo este tem de olhar para as várias questões e quando há uma negociação setorial, que, muitas vezes, chega a uma conclusão, essa discussão setorial, onde tudo parece bater certo, pode não bater certo no sentido mais amplo.

Foi uma decisão, gerou muita polémica, a medida foi, depois, corrigida com uma medida diferente, que já não se aplicou às que tinham sido feitas por concurso, que teve um âmbito de aplicação diferente, mais semelhante à CESE, mas, sinceramente, foi, de facto, um processo que, tendo sido feito em cima da hora com trabalho que já vinha detrás mas com uma conclusão muito em cima da hora, obrigou a dar um passo em frente, a dar um outro passo atrás, a dar depois um outro passo em frente num sentido ligeiramente diferente.

Mas, penso, não foi um processo que tenha corrido bem, porque havia de ser o seu contrário, mas não foi mais do que isso e penso que nos processos orçamentais, se os acompanhou, quando o seu partido estava no Governo deverá ter havido muitas medidas que estiveram em cima da mesa, que deixaram de estar, que voltaram a estar de forma diferente, aliás, creio que isso acontece aqui na negociação de todos os orçamentos... Houve uma proposta que entrou e houve muitas medidas que foram, chamemos-lhe assim, melhoradas, no decurso do processo orçamental.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Mas esta foi negociada, votada e alterada. Parte-se do princípio que todas as votações foram todas bem trabalhadas, bem negociadas e bem estudadas, o que não aconteceu.

A incapacidade de influenciar as grandes decisões da política energética, a sua demissão, a demissão do seu Secretário de Estado, a nomeação do Dr. João Galamba, a demissão de um diretor-geral de energia, que declarou vontade de efetuar cortes nas rendas, a satisfação com que as principais empresas do setor encararam a sua demissão serão sinais de alguma possível captura do Governo pelos interesses das empresas do setor?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Pede-me o Sr. Deputado que especule sobre se há uma captura do atual Governo pelos interesses das empresas do setor, é pura especulação.

Como aqui expliquei, a demissão do meu Secretário de Estado ocorre com a minha saída do Governo e caem outros dois Secretários de Estado e há uma Secretária de Estado que continua, e muito bem, e, portanto, seria exagerado.

Mas a questão vai mais longe: quando eu sai do Governo saem outros três ministros que me parece ser difícil de associar a qualquer caso.

Há uma remodelação governamental num período que corresponde a um novo ciclo governativo, que corresponde a um ano particular em que se está a abrir um período para a frente em que há uma intenção, que me parece clara, de o Partido Socialista renovar e continuar o seu projeto de governação, eu já tinha cumprido três anos de Governo – aliás, fui o segundo Ministro da Economia que mais tempo esteve no posto – e parece-me que se formos especular sobre a saída de cada ministro, nos termos em que o está a fazer, teríamos imenso campo para manobra.

Mas nesse campo para manobra de especulação o meu caro amigo e colega de Governo Ministro da Cultura, como é que entra aí? O meu caro amigo, que fez um papel muito importante na saúde, como é que entra aí?...

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Esse é um setor completamente diferente!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Pois, é um setor completamente diferente, é exatamente isso que lhe estou a dizer e concordo inteiramente consigo.

Portanto, se, de facto, a questão fosse essa não teria implicações nos tais setores que são completamente diferentes e penso que a questão que

precipitou a remodelação, se houvesse alguma questão, não era, sequer, na minha área como compreenderá.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Vou terminar, porque a questão de há pouco demorou mais tempo do que estava previsto.

Em 2016 a Secretaria de Estado de Energia levou a ERSE a cortar 140 milhões de euros na dívida tarifária com base no entendimento levado à Portaria n.º 268-B/2016, que considerava este montante indevido por ser decorrente de uma dupla subsidiação, a proveniente das *feed-in tariffs* e a proveniente dos fundos europeus.

Ainda não conhecemos o suporte técnico para chegar a essa conclusão jurídica e ao cálculo daquele montante, mas pergunto-lhe: tem conhecimento de alguma medida implementada para a recuperação destes 140 milhões de euros junto dos produtores de energia?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que o Sr. Secretário de Estado, ontem, explicou bem essa questão e trouxe aqui três diplomas legais, que referiu, onde está, de facto, expressa essa questão da dupla subsidiação.

Eu não tenho nada a acrescentar ao que ele já aqui disse.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, passar ao Partido Socialista para terminar esta primeira e até agora última ronda, pelas indicações dos grupos parlamentares e pela tolerância que foi concedida a todos.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Passos.

A Sr.ª **Ana Passos** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigada.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos, em especial o Dr. Caldeira Cabral e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

agradecer-lhe a pronta disponibilidade e os contributos que trouxe a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Doutor desempenhou funções de Ministro da Economia no XXI Governo Constitucional, no período de 26 de novembro de 2015 a 15 de outubro de 2018, quando, ainda, a energia se encontrava sob a tutela do Ministério da Economia.

O seu mandato, enquanto Ministro da Economia, no que concerne ao setor da energia, ficou marcado, entre outras situações, por várias medidas de política energética que visaram a redução dos preços da eletricidade, tornando-os mais competitivos e mais próximos dos da União Europeia com benefícios para os consumidores.

Como resultados, como vimos na sua apresentação, notamos que: o preço da eletricidade no mercado regulado em 2018 apresentou uma descida de preço de 0,2%, facto nunca antes verificado; o preço das tarifas de acesso às redes também reduziu 4,4%, prevendo-se que continue a baixar ao longo de 2019; a dívida tarifária reduziu dos 5080 milhões de euros, em 2015, para 3654 milhões de euros em 2018, correspondendo a uma redução de 1426 milhões de euros; a taxa de remuneração da dívida tarifária diminuiu de 3,01%, em 2015, para 1,1% em 2019; a implementação da tarifa social de forma automática com um desconto de 33,8% no preço da eletricidade possibilitou alargar o universo de beneficiários de cerca de 100 000 para 800 000 famílias; a questão das interligações; a dependência energética diminuiu; Portugal passou a exportar energia a partir de 2016; e o sistema energético nacional valorizou-se, estando, atualmente, a valer cerca de 7000 milhões de euros.

Curiosamente, pela análise dos gráficos e da evolução dos números ao longo dos últimos anos, constatamos que com o anterior Governo a tarifa regulada aumentou, a tarifa de acesso às redes manteve-se elevada e a dívida

tarifária aumentou e com o atual Governo a tarifa regulada diminuiu, a tarifa de acesso às redes diminuiu e a dívida tarifária diminuiu.

A tudo isto acresce ainda o facto de os consumidores passarem a ter acesso a muito mais informação relativamente aos custos da energia.

Assim questiono: qual a estratégia do seu ministério relativamente à informação disponibilizada aos consumidores e ao público em geral?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Respondendo a esta questão, penso que o que se fez com o *poupanergia.pt* foi muito importante.

O facto de os consumidores puderem comparar as diferentes tarifas existentes, puderem fazer simulações com respeito ao seu próprio consumo e ao seu perfil de consumo e escolherem a partir daí, de uma forma individualizada e não apenas genérica, qual é a tarifa que melhor os serve, é muito importante.

É importante para os consumidores, é importante para conseguirem poupanças, é importante para conseguirem ajustar melhor a sua definição tarifária aos diferentes modelos existentes, e é também muito importante para trazer mais transparência ao mercado, mais concorrência ao mercado e para conseguir, de facto, fazer baixar os custos de energia para as famílias e para as empresas.

Respondendo agora um pouco às considerações que teceu inicialmente, posso dizer-lhe que nos centrámos muito em reduzir os preços, tomámos um conjunto muito amplo de medidas nesse sentido, medidas regulatórias, medidas ligadas a pedir estudos e pareceres, medidas deliberativas, medidas de negociação, como foi o caso de várias das medidas em que fizemos para conseguir reduzir os custos, mas, principalmente, também não tomámos – ou seja, é tanto o que fizemos como o que não fizemos – novas medidas que estendessem rendas, que criassem novas

rendas no mercado, que aumentassem os custos gerais, que tivessem efeitos negativos e que se pagassem a prazo.

Penso que é muito importante salientar, como fez, e bem, o conjunto das duas coisas que fizemos: ao mesmo tempo descer os preços no presente – em 2018 e 2019, os preços desceram e as tarifas de acesso desceram ainda mais – e descer também o défice tarifário, o que significa que estamos a diminuir os encargos do sistema para o futuro, que estamos a fazer descidas de preços consistentes; caso contrário, estaríamos a fazer descidas de preços que estariam, depois, obrigadas a ser revertidas no futuro.

Isto só foi feito com uma diminuição, de facto, de alguns desses fatores de rendas que existiam, com uma obrigação de cumprir os contratos, com um maior rigor na elaboração dos cálculos, não deixando que as partes interessadas fossem quem apresenta a fatura e nós nos limitássemos a ser pagadores. O Estado tem serviços técnicos, tem competências e tem, de facto, que exercê-las, e foi isso que fizemos em muitas áreas e os resultados que conseguimos em termos da redução do défice tarifário, de redução de preços, de redução de tarifas de acesso foram bastante importantes.

Saliento, por fim, a questão do acesso e sobre este tema já falei aqui hoje, várias vezes, da dívida tarifária, mas também da questão da tarifa social, que é, de facto, muito importante, porque é uma redução muito forte do preço para quase 800 000 famílias – e estamos a falar de 1,5 milhões de pessoas – estamos a falar de uma redução de 33,8% do preço da eletricidade para as famílias mais necessitadas, e esse dinheiro faz diferença e pôs mais rendimento nas mãos dessas pessoas.

Isto foi feito com uma boa coordenação entre diferentes partes do Governo, nomeadamente com uma boa coordenação entre as Finanças, a Segurança Social e o Ministério da Economia, que foi quem tomou a iniciativa, mas também com a Comissão Nacional de Proteção de Dados, com um trabalho rigoroso, que dava garantias, sendo que conseguimos algo

que já estava na lei há sete ou oito anos, mas, infelizmente, há muitas coisas que estão na lei e que estão por cumprir. Esta já não é uma delas e, de facto, o nosso trabalho fê-la cumprir e com isso 1,5 milhões de pessoas, e das mais necessitadas do País, estão a beneficiar dessa redução de 33,8% da tarifa que é uma redução importante.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — A minha questão seguinte é relativa à tarifa social que se encontra a cargo das empresas, que é uma medida prevista na lei. Considera ser esta uma justa redistribuição de custos no sistema eletroprodutor nacional, protegendo e salvaguardando os interesses dos consumidores?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — De facto, essa questão já estava, de certa forma, respondida, mas não totalmente.

Gostaria de salientar duas questões na tarifa social, ou seja, para além do impacto que teve e do processo que tivemos de realizar para conseguir que fosse efetivo um direito, que estava consagrado na lei, à pergunta que fez, sobre se é justo, penso que é justo que nos centrássemos e puséssemos tanto empenho em descer, ainda mais do que descemos para toda a gente, os preços e os custos da energia para estas pessoas que são as mais necessitadas.

Sobre se é justo, no cômputo geral do sistema, que este encargo esteja nos contratos com as empresas, penso que, face a outras medidas que estão nos contratos que lhes dão também algumas vantagens, que, se calhar, hoje, vemos como excessivas e que não podemos retirar, o que está em causa é o cumprimento dos contratos e os contratos, num setor regulado, impõem direitos e impõem obrigações. E não podíamos deixar que os direitos das empresas fossem todos cumpridos e que as obrigações ficassem por cumprir, não podíamos deixar que ficassem também por cumprir o que são os direitos destes cidadãos face a uma regulamentação do sistema e a contratos do

sistema que são o que são mas que dão este direito e, mais do que isso, dão este direito e impõem que este direito saia das contas das empresas e não dos outros consumidores, o que seria uma solução possível, mas não era a solução que estava na lei, pelo que também não era a solução que poderíamos deixar que fosse aplicada.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — No estudo que foi encomendado à ERSE, em que para lá do montante da revisibilidade e do que se teria de pagar pelos CMEC até à cessação destes contratos também se analisou todo o histórico dos mesmos, concluindo-se que estes contratos comportaram um sobrecusto de 510 milhões de euros.

Considera que este estudo prova que, no passado, à altura, existiam rendas excessivas no mercado de eletricidade em Portugal?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que havia no estudo uma parte que apontava nesse sentido e havia uma outra parte que apontava também no sentido de que, para o corrigir, eram necessárias alterações legislativas que poderiam ser contestadas, até em termos internacionais. Nós optámos por não ir por essa via. Mas havia uma outra parte que — e o mais interessante foi que, em parte, esta pergunta começa também por ser feita à Procuradoria-Geral da República e é respondida pelo Conselho Consultivo — começa pela questão da própria aplicação da CESE ou não à parte dos CMEC — uma dúvida levantada pela própria empresa do setor — e depois é o próprio Conselho Consultivo que responde a mais perguntas e é isso que depois também dá origem ao próprio estudo.

A questão não estava em a lei proporcionar rendas excessivas. A questão, para a qual nós avançámos, estava em terem sido pagos montantes que não estavam de acordo com o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, enquadrados na lei. Portanto, deveriam ser considerados

nulos — eram os tais aspetos inovatórios em que empresas que tinham um contrato que já por si pode ser considerado muito favorável, mas que nós respeitamos porque é o contrato que existe —, estariam com esses aspetos inovatórios, isto é, a beneficiar de receber montantes que não estariam previstos nesse contrato, estavam previstos para as empresas que estavam no regime de mercado e que, portanto, não beneficiavam desse contrato e das compensações todas previstas nesse contrato. Estavam em situação pior, mas beneficiavam de outros montantes, nomeadamente da disponibilidade, porque não tinham contrato com equilíbrio contratual e o que estava a acontecer era uma acumulação que, não estando prevista na lei e não podendo até ser fiscalizada porque não estava prevista na lei, foi considerada que não devia nunca ter existido e, por isso mesmo, a devolução dos montantes aí recebidos.

Foi esse o entendimento. É um entendimento jurídico, é um entendimento feito por uma parte, temos de reconhecer, de total independência — o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República. E foi essa interpretação que levou à conclusão da ERSE. E eu penso que, perante essa interpretação da Procuradoria-Geral da República e perante a própria interpretação da ERSE e a quantificação que fez, seria muito difícil a qualquer governante — não acho que haja aí qualquer ato heroico da nossa parte — tomar outra posição, dizer «eu penso que, legalmente, a Procuradoria-Geral da República e o seu Conselho Consultivo consideram uma coisa, mas eu tenho uma interpretação melhor da lei e vou decidir outra.»

A entidade reguladora, interpretando essa questão jurídica, decidiu uma coisa, mas eu faria exatamente o seu contrário ou não faria coisa nenhuma. Penso que isso não era algo que qualquer governante pudesse fazer. Portanto, nós fizemos o que devíamos fazer e, de facto, foi um montante elevado, porque também eram vários anos, isso foi contestado pela

empresa e penso que a nossa decisão é sólida em termos de fundamentação jurídica. O que a empresa fez em termos de contestação é perfeitamente legítimo fazer, e de facto é aí que os tribunais têm de atuar.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Obrigada.

Ontem, o Dr. Jorge Seguro Sanches afirmou que, a partir de 2003, o Governo deixou de fixar a taxa de juro, passando essa responsabilidade para a empresa, ou seja para a EDP, o que tornou os CMEC blindados precisamente na taxa de juro.

Considera ser esta uma clara situação de conflito de interesses?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Parece-me que, de facto, a solução não terá sido a melhor. Houve uma melhoria de curto prazo, mas houve depois, com o decreto-lei que é aprovado, uma consolidação de uma situação em que o Governo fica limitado no que pode atuar e fica a parte interessada a fazer... Ou seja, o Governo fica limitado, quando faz o despacho, ao parecer da parte interessada e, portanto, será difícil, nesse contexto, conseguir novas baixas, a menos que se façam alterações mais fortes. Mas penso que isso foi o que aqui explicou o Secretário de Estado e penso que, se calhar, não foi a melhor solução. Penso que, no curto prazo, trouxe alguns ganhos ao sistema, mas são essas questões que muitas vezes têm de ser ponderadas entre os ganhos de curto prazo e os problemas de longo prazo. Muito da dívida tarifária tem também a ver com isso. O sistema tem muitas questões dessas, infelizmente.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Como é que o artigo 170.º do Orçamento do Estado para 2017 veio contribuir para desbloquear situações e agilizar todo o sistema?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: - Penso que uma das questões importantes foi, sem fazer uma mudança do que era a regulação do sistema, dar a possibilidade a que fosse a própria ERSE, uma entidade pública, o regulador a calcular os montantes que eram devidos nos CMEC. E penso que isso é mais correto do que serem as partes interessadas a fazerem esse cálculo, mesmo que esse cálculo seja supervisionado por uma entidade externa que, como aqui foi referido, ainda por cima era contratada pelas próprias entidades.

Penso que a solução que se trouxe é mais transparente, é mais clara, separa mais conflitos de interesse e penso que, nesse sentido, é um avanço, em termos de regulação, semelhante a avanços que estão a ocorrer noutras áreas, inclusive na regulação do sistema financeiro, etc., em que, de facto, se tem de reduzir esses conflitos de interesse, se tem de garantir que o regulador tem as condições para fazer o seu papel e que o regulador passou a fazer. Era impossível fazer, agora está a fazer. É essa questão que muitas vezes conseguimos fazer... Eram coisas que era impossível fazer. Era impossível alargar a tarifa social a mais pessoas, porque isso requeria uma quantidade de informação que era impossível fazer, mas nós fizemos. Essa questão também era impossível, tinha de ser um cálculo, era muito complicado, mas afinal era possível fazer. E, afinal, quando se fazia com critérios mais de interesse público até havia uma poupança de facto elevada e concreta e uma poupança que beneficiava e que está a beneficiar os consumidores.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Em 2014, com o Governo PSD e CDS-PP, cerca de 240 milhões de euros em CMEC foram diferidos para 2017 e 2018. Como classifica esta decisão e qual foi o objetivo com tal diferimento?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que essa decisão não é muito diferente da situação se tivessem sido pagos e tivessem sido incluídos

na dívida tarifária. De facto, do que estamos a falar é de umas centenas de milhões de euros, 250 milhões de euros, que deviam ter sido pagos em 2014 e que, com o acordo, foram pagos mais tarde. É óbvio que reduziram os encargos para o sistema nesse ano, aumentaram à frente acrescidos de uma taxa de juro de 4,5%, o que significa que aumentaram significativamente e o que significa que, também com as melhorias que nós conseguimos na dívida, teria sido, até, mais interessante terem ficado na dívida tarifária. Mas obviamente que, em todo o sistema, o mais interessante será que, em grande medida, a não ser em casos excecionais, os custos do sistema de cada ano sejam maioritariamente pagos nesse ano para não se estar a acumular problemas para os Governos seguintes ou para a frente. Mas foi mais um problema que tivemos de resolver e que, se calhar, até demonstra que, de facto, o que conseguimos em termos de redução da tarifa poderia ter sido até mais forte se não tivéssemos a pagar custos que deveriam ter estado no ano anterior.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — O seu Ministério homologou as contas da ERSE, o que correspondeu a um corte de 102,5 milhões de euros no valor que a EDP pretendia receber relativamente aos CMEC até ao final dos contratos — 2027. Assim como decidiu obrigar a elétrica a devolver os 285 milhões de euros pela sobrecompensação no cálculo da disponibilidade das centrais que operam em regime CMEC.

Confirma-se que existia uma renda excessiva por parte da EDP? Atualmente, como são efetuados estes cálculos de disponibilidade?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que, nesse caso, o que havia — pelo menos foi essa a interpretação do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República — um duplo benefício: havia o benefício dos CMEC e que já vinha dos CAE e que já comportava um equilíbrio

contratual para ter em conta essa questão e, depois, havia um benefício que, estando pensado para as empresas a preço de mercado, estava também a beneficiar. Portanto, não era sequer uma renda excessiva porque não era uma renda. É um pouco como uma pessoa que esteja a cobrar uma renda em dois apartamentos: pode estar a cobrar uma renda muito elevada num apartamento e que seja especulativa e má para o inquilino, mas se estiver a cobrar uma renda no outro apartamento ao lado que nem é seu, porque por direito não é seu, essa renda nem é excessiva, é só uma renda que não é devida. Foi isso que considerou o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República e foi também com base nisso que a ERSE decidiu a reposição desse montante, que é, de facto, um montante elevado e que, temos de reconhecer, é importante.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Muito obrigada.

Os novos investimentos em renováveis não contemplam qualquer assunção de risco ou renda paga pelos consumidores. Em 2015, encontravam-se aprovados cerca de 300 MW, agora temos 1173 MW de projetos licenciados, o que corresponde a cerca de três vezes mais o que existe no mercado.

O solar vai voltar a ser uma fonte importante de energia em Portugal?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que a evolução tecnológica e a forma como, de facto, Portugal conseguiu dar confiança aos investidores nesta área podem vir a fazer do solar uma terceira fonte de energia importante no nosso *mix* energético. Portugal já tem um *mix* energético em que, nas renováveis, o eólico e o hídrico têm um peso importante e terá agora um terceiro setor.

Tendo em conta que a energia renovável é intermitente, ter um conjunto de fontes de energia mais diversificado significa que passamos a

ter um sistema mais equilibrado. Penso que é um recurso, e nesse aspeto é uma questão muito interessante. O solar é um recurso que estava cá, mas não era aproveitado.

É um recurso energético que o País tem de produzir energia sem emissão de carbono — portanto, de produzir energia limpa — e que não era aproveitado porque a tecnologia fazia com a produção de energia a partir dessa fonte era demasiado dispendiosa. A evolução da tecnologia, hoje, permite que a energia solar seja extremamente competitiva.

Penso que o mais interessante é que se olharmos para o que era a energia solar há 10 anos e o que é hoje, a energia solar, em termos de produção energética fotovoltaica era particularmente mais cara e menos competitiva do que a energia eólica. E, de facto, houve uma evolução tal que, hoje, a energia solar é mais competitiva, até, do que a energia eólica — depende das soluções, mas, em geral, é mais competitiva.

Se esta evolução continuar, o que se perspectiva é que a energia solar possa ser, de facto, uma fonte de produção de energia muito competitiva e, nesse sentido, Portugal pode passar de uma situação em que foi — podemos dizer quase desde sempre — um País escasso em energia, porque não tinha as energias fósseis, para ser um País relativamente abundante em energia, porque o solar vai ser sempre mais competitivo em Portugal do que na Inglaterra ou do que no norte da Alemanha ou do que em muitas outras zonas onde, mesmo com a melhoria tecnológica, vai demorar sempre mais alguns anos até que, Países que têm duas ou três vezes menos horas de sol do que algumas regiões de Portugal, sejam tão competitivos quanto estes investimentos em Portugal.

Portanto, eu julgo que é muito importante que se avance com a energia solar, mas é muito importante que se avance com esquemas que sejam, seja eles quais forem em termos de concurso, esquemas de mercado, porque estamos na iminência de uma tecnologia que, já hoje, é competitiva a preços

de mercado, mas que poderá ser cada vez mais competitiva a preços de mercado e que poderá, por isso mesmo, vir a fazer com os preços de mercado em Portugal, aos quais nós nos resignamos que têm de ser de ser mais caros do que no estrangeiro, passem a ser exatamente o contrário, principalmente quando houver maior incentivo em termos de enquadramento fiscal, etc., às energias livres de carbono, então, aí, seremos, de facto, um País que produz energia a preço barato e, ainda por cima, livre de carbono, com potencial de exportação muito interessante.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Muito obrigada.

No que concerne às interligações energéticas, verificamos que o Governo investiu bastante na concretização de diferentes acordos, já aqui referidos por si, nomeadamente com França, com Espanha e com Marrocos.

Ainda no passado dia 27 de julho, durante a II Cimeira para as Interligações Energéticas, que decorreu em Lisboa, foi assinado o acordo entre Portugal, Espanha e França, onde foram estabelecidos os objetivos, já aqui referidos, de, até 2025, se atingir um nível de 10% de interligações entre a Península Ibérica e a Europa, e de, até 2030, se atingir um nível de 15% de interligações.

Gostaríamos de saber qual a importância destas interligações energéticas para o futuro do setor energético em Portugal e quais as suas consequências e, ou, implicações no custo da fatura energética.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — A área das interligações foi uma área em que nos empenhámos desde o início e que, de facto, eu acompanhei, mas em que o Secretário de Estado fez um trabalho notável a nível, pode dizer-se, diplomático.

Fez um trabalho no Conselho da Energia, fez um trabalho com a relação que criou com os responsáveis de Marrocos, quer Ministros, quer pessoas até ao nível de quadro das direcções-gerais, etc., de Marrocos.

Fez, de facto, um trabalho muito forte e um trabalho em várias frentes: um trabalho na frente europeia, um trabalho com Marrocos, um trabalho com a Comissão Europeia, um trabalho com os Países envolvidos, e este trabalho teve resultados muito interessantes.

Trazer a Portugal o Presidente Macron e o Primeiro-Ministro de Espanha não foi fácil e só foi possível porque, de facto, já tínhamos conseguido ultrapassar os Pirenéus das montanhas de dificuldades que estavam a ser criadas, há já muitos anos, a essa interligação.

É muito importante para o futuro da rede eléctrica, porque se queremos evoluir para um sistema com mais energias renováveis e se temos capacidade de ser competitivos num sistema com mais energias renováveis, temos de ser capazes de exportar e de importar.

Exportar porque a produção intermitente vai significar que, em alguns momentos, a produção é maior do que o consumo e não pode ser desligada: se o sol está a brilhar e estamos a produzir energia solar, o que temos é de a exportar. É diferente de uma central térmica em que pode ser ajustado o nível ou ser mesmo desligada e, aí, não gasta combustível — neste caso o combustível está sempre lá, é a energia solar. Só que, se os investimentos tiverem momentos em que estão a produzir, mas não estão a ser rentabilizados, vão ser menos interessantes.

A questão que temos hoje pode ser apresentada como o mês de março do ano passado, em que produzimos 103% das nossas necessidades de consumo durante um mês, só com energias renováveis. No fundo, se Espanha estivesse a fazer exactamente a mesma coisa, como a passagem dos Pirenéus anda mais ou menos a esse nível ou até um pouco abaixo, não seria possível escoar esse excesso de produção que foi o excesso médio de um mês, o que

significa que, em muitas alturas do mês, tivemos, se calhar a produzir 110%, 112% ou 113%, etc.

Com uma passagem de 15% para um lado e para o outro, já faz uma diferença muito grande e a essa passagem de 15%, para fora da Península Ibérica, ainda vai acrescer os 1000 MW que estamos a fazer para Marrocos, que é um País que está com um crescimento muito grande do consumo. Um País que está numa fase em que o desenvolvimento ainda vai corresponder a um grande aumento do consumo energético e que portanto será um bom espaço para exportarmos, mas é um País que também tem grande capacidade para, no futuro, vir a ter energia eólica e, portanto, quando estiver mais vento em Marrocos e menos vento em Portugal, poderemos ser nós a importar e com isso baixar a tarifa, em vez de estarmos a optar por outras fontes de energia mais caras.

A interligação do sistema é muito, muito importante para a racionalidade e ainda mais importante num sistema com uma forte presença de energias renováveis.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Sr. Presidente, entrarei agora na segunda ronda, uma vez que estamos a fazer as perguntas de seguida.

O auditor Brattle Group estimou que o valor da sobrecompensação à EDP situou-se entre os 46,6 milhões e 72,9 milhões de euros, para o período entre 2009 e 2014, consoante se considere um prémio de risco de 10 euros ou zero euros por megawatt, de acordo com o referido no parecer final da Comissão onde estavam representantes da Direção-Geral de Energia e Geologia, da Autoridade da Concorrência, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e da REN. Está em causa a atuação da EDP no mercado de serviços de sistema destinada a assegurar, a cada momento, o equilíbrio perfeito entre procura e a oferta de eletricidade na rede.

A Autoridade da Concorrência veio, por sua vez, afirmar que seriam 140 milhões, devido à acumulação de compensações pagas por via dos contratos CMEC, com as receitas mais elevadas obtidas pelas centrais que operam em regime de mercado, concluindo que a EDP Produção onerava os consumidores por essas duas vias.

A EDP beneficia de uma posição dominante que usou em benefício próprio e em prejuízo dos consumidores?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que essa é um pouco a posição que pode estar entendida nas decisões da Autoridade da Concorrência. São decisões mais complexas, têm a ver também com a própria gestão que a EDP fez das suas centrais, que penso que já foi explicada nesta Comissão, e que, de facto, tem a ver com a posição dominante que a empresa tem. Se houver, por esse via, de utilizar e de dar despacho a diferentes centrais, com essa base e com benefício próprio, e se isso for considerado abuso de posição dominante, penso que, de facto, há todas as condições para a Autoridade da Concorrência atuar.

Há uma coisa que esta Autoridade da Concorrência tem feito: tem atuado. E tem atuado, não só neste setor, tem atuado num conjunto muito amplo de setores, portanto, não há aqui nenhuma questão com esta empresa. Temos tido uma Autoridade da Concorrência que tem sido mais atuante, que tem sido bastante rigorosa e que está a fazer exatamente o que é o seu papel. E, portanto, nesse sentido — obviamente, a empresa poderá contestar, poderá apresentar outra evidência e isso terá de seguir o seu processo normal —, parece-me que a evidência apresentada pela Autoridade da Concorrência e o que foi já revelado mostra que, pelo menos, é perfeitamente legítimo o trabalho que está a ser a feito. A conclusão jurídica, etc., terá de ser feita, depois, por quem de direito, mas parece-me que nesse sentido, merece um forte elogio a Autoridade da Concorrência e o forte dinamismo que tem tido.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Faz sentido, tendo em conta a natureza temporário do mecanismo de garantia de potência — ideia que presidiu à sua criação — e dadas as garantias que foram asseguradas sobre a fiabilidade do sistema, manter este incentivo ao investimento e à segurança no abastecimento?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que, de facto, o que houve foi pareceres... Nós considerávamos que a garantia de potência pudesse estar a ser demasiado dispendiosa e o que fizemos foi leilões, ou seja, um método diferente de estabelecer a garantia de potência que deu resultado com poupanças interessantes.

Houve uma contestação, por parte da Comissão Europeia, em relação ao método utilizado, apesar de haver um reconhecimento, também por parte da Comissão Europeia, de que este método era melhor que o anterior, mas que teria de ser analisado em termos de ajudas do Estado, etc.

Há a noção de que, com o mecanismo da interruptibilidade, poderão até não ser necessários os pagamentos de garantia de potência, tal como estavam estimados. Há também, hoje, um sistema elétrico diferente de quando esses mecanismos foram desenhados, no passado, o que, de facto, poderá fazer com que alguns deles já não se justifiquem ou, pelo menos, não se justifiquem com o mesmo enquadramento.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Muito obrigada.

Em 2018, tal como já referiu aqui, o preço da eletricidade teve uma descida histórica no mercado regulado.

Para terminar: quando é que estima que possamos alcançar uma trajetória que nos ponha em linha com a média dos valores da União Europeia?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que essa pergunta poderá ter duas respostas.

A primeira resposta, é que penso que esse é o caminho que estamos a fazer e penso que é possível atingir esse objetivo, se tivermos em conta, de lado, as questões fiscais. Ou seja, as diferenças fiscais que existem podem, em alguns casos dificultar essa aproximação. Mas, pelo menos, a aproximação dos preços, penso que é possível. E é possível uma aproximação e uma convergência total dos preços que têm a ver com custos.

Penso que poderemos projetar isso, a prazo, principalmente se mantivermos a mesma linha, com todas as diferenças que se poderá ter, que nós mantivemos durante estes três anos: uma linha que evita colocar novos custos ao sistema, uma linha que vai aproveitar a subsidiação que existe no sistema, mas que termina — e nesse sentido, há custos no sistema que estão, a prazo, condenados pelos próprios contratos que estão feitos —, uma linha que continua com rigor.

Penso que, adicionalmente, a evolução que está a verificar-se nas renováveis, se no passado foi um fator de sobrecusto, se bem gerido e com a evolução tecnológica que existiu, pode vir a ser um fator de redução do custo e de fazer com que Portugal tenha uma base de preços energéticos até mais baixos, num futuro de longo prazo, do que muitos outros Países europeus que não têm as mesmas condições para renováveis.

Devo dizer que as condições para as energias renováveis em Portugal são de facto muito boas. Temos das melhores condições para energia solar do mundo. Temos um País que, por ser atlântico, tem muito vento e muitas zonas com vento persistente, o que faz com esses investimentos sejam bastante rentáveis, e que tem também barragens que permitem ter no sistema uma capacidade de reserva. E isso é muito interessante.

Agora, fazer futurologia, com base no que eu fiz, penso que é razoável. E se a atuação política for no mesmo sentido, há muito espaço para descer os preços da eletricidade, porque há rendas que vão desaparecer, porque há evolução tecnológica nas renováveis que nos é favorável, porque nós temos as melhores condições para energias renováveis, e, se o que se fizer for uma gestão rigorosa, teremos capacidade para baixar.

Mas há muitas coisas a evoluir no sistema como a mobilidade elétrica e a enorme necessidade de consumo que os veículos movidos a eletricidade, a generalizarem-se, como tudo indica, vão trazer para o sistema.

Há também a questão do armazenamento, que, hoje, é uma questão complicada, na qual temos uma vantagem, porque temos as barragens, que países como a Holanda — só para citar um exemplo, porque é um país muito plano —, como vários outros países, têm mais dificuldades em ter. Mas podem surgir outras formas de armazenamento — e a tecnologia está, de facto, a evoluir muito rapidamente aí —, como também pode surgir cada vez mais produção dispersa e ser parte da solução de uma forma diferente da que existe hoje.

O Sr. **Presidente**: — Chegamos, assim, ao final dos nossos trabalhos de hoje.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, hoje não me quer dar a palavra?

O Sr. **Presidente**: — Quer falar, outra vez?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ainda não falámos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A sério? O Bloco de Esquerda ainda não falou?

Risos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, o Sr. Presidente hoje não me quer dar a palavra, é?

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Se calhar, estamos é todos um bocado fartos, com o adiantado da hora. Peço imensa desculpa.

Estamos ainda na primeira ronda e, agora sim, para o fecho da primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Vou ser económico com as temáticas.

Queria começar com o episódio que aqui já foi hoje tratado, do recuo do Governo sobre a questão da contribuição das renováveis. Pela maneira como aqui colocou o caso, para quem não tivesse acompanhado na altura — e toda a gente acompanhou —, poderia parecer que tinha sido um momento de um *brainstorming* em curso, sobre como fazer.

Na verdade, toda a gente também se recorda de que a proposta surgiu na especialidade do Orçamento, na sequência de um acordo, que, aliás, o Secretário de Estado Seguro Sanches, aqui, ontem, recordou. Ele referiu explicitamente a concordância que tinha — ele e o Sr. Ministro, naturalmente, porque o processo avançou dessa maneira — sobre aquela medida e, na verdade, tinha sido uma medida que tinha passado no trâmite normal da especialidade do Orçamento do Estado e que tinha sido vista também por outros ministérios, nomeadamente pelo das Finanças, pelo qual todas as propostas teriam, forçosamente, de passar, nomeadamente aquelas que tivessem o voto favorável do PS.

Portanto, foi um momento político especialmente melindroso, na medida em que não se tratou de uma reflexão que, tivesse decorrido depois,

durante o fim de semana, sobre aquela medida; não. O Partido Socialista avocou para o Plenário de segunda-feira aquela medida, duas horas, ou uma hora, depois de ela ter sido aprovada pelo Partido Socialista, na especialidade.

Portanto, tendo havido um lapso de tempo tão curto entre o momento em que, com o visto bom da Economia e das Finanças, a medida tinha chegado à especialidade e sido aprovada pelo Partido Socialista e, depois, aquele em que é retirada do *pipeline*, queria perguntar-lhe como é que foi a sua participação nessa mudança. Ou seja, foi consultado?

Evidentemente, a decisão foi travada a um nível muito alto no Governo e queria saber de que modo é que foi consultado, se foi consultado antes daquela avocação do Grupo Parlamentar; quando é que teve conhecimento dessa mudança de posição, quem é que lhe transmitiu essa mudança de posição; e que argumentos recebeu para a mesma.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Penso que a forma como descreveu a medida corresponde ao trabalho que estava a ser feito. Ou seja, corresponde a um trabalho que estava a ser feito, com essa medida e com várias outras medidas do Orçamento.

Não havia consenso da minha parte com o Sr. Secretário de Estado sobre essa medida, não havia; era uma medida que estaria ainda, a meu ver, mal desenhada — o próprio Secretário de Estado também não estava totalmente satisfeito com a forma como estava desenhada — e a questão era dentro das várias medidas, porque há várias medidas.

Há medidas que são propostas pelos três partidos, pelos quatro partidos, por todos os partidos e sobre as quais há consenso; e há outras medidas que são bandeiras, que são mais levadas por um partido ou por outro e que, na negociação, conduzem a cedências aqui e cedências ali, como é normal no processo orçamental, etc.

Sendo uma medida com a qual não concordava, era uma medida que estaria disposto a aceitar, no sentido em que era uma medida que, sectorialmente, fazia sentido. Era uma medida que, em termos mais amplos, não fazia tanto sentido, ou tinha, pelo menos, problemas que não estavam, a meu ver, suficientemente estudados ou suficientemente defendidos. Era essa a minha posição.

Estando dentro do acordo geral do Governo, seria uma coisa; estando dentro do acordo geral entre os partidos e sendo extremamente necessária, mesmo eu tendo algum desconforto com algumas partes, seria um pouco para avançar.

O formato que tinha discutido com o meu Secretário de Estado, e que penso que tinha sido discutido mesmo com as Finanças, evoluiu, portanto, também não era exatamente aquele. E penso que, quando se viu a medida já na forma final, se percebeu que havia algum desentendimento, foi isso que foi transmitido ao Grupo Parlamentar do PS e foi isso que penso que esteve também na origem do facto de o Grupo Parlamentar do PS avocar a medida a Plenário e voltar atrás. Não foi haver uma posição totalmente contra a medida, não a medida não fazer sentido no contexto das negociações, foi, no contexto concreto do que estava a ser feito, haver muitas dúvidas e as dúvidas virem de vários lados, mas serem dúvidas sobre se aquela medida não poderia ter efeitos colaterais, que não estavam, de facto, a ser totalmente considerados e esses efeitos colaterais poderem ser negativos.

Penso que foi esta ponderação que várias partes do Governo, eventualmente também várias partes do Grupo Parlamentar, fizeram. E foi nesse contexto que se recuou da medida, deixando a porta aberta a uma negociação mais longa e para um estudo e uma ponderação mais ampla, que foi o que deu depois origem à medida que, subsequentemente, veio no Orçamento seguinte, que, de facto, é menos ambiciosa do que a primeira,

mas também tem menos esses efeitos que poderiam ter sido menos positivos e que, da minha parte, não os via como estando totalmente ponderados.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Através de quem e em que momento é que teve conhecimento da alteração de posição do Governo?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Tive sempre conhecimento de que a medida foi aprovada pelo meu Secretário de Estado. Tive, depois, também conhecimento das negociações, antes até dessa aprovação, mas já muito em cima da hora, porque era a fase final do desenho dessa medida. E depois tive contacto com outros membros do Governo e com o Grupo Parlamentar. Também recebi do Grupo Parlamentar a indicação de que o Grupo Parlamentar estaria, de facto, disposto a fazer essa avocação e a andar para trás com a medida, no sentido de a melhorar e de a alterar. Foi esse o sentido que me foi transmitido e penso que havia razões para o fazer. Também havia razões para fazer a medida, portanto, não era uma medida absurda ou uma medida pouco pensada, era uma medida pensada, mas que não estava totalmente estudada, principalmente na forma em que estava, quanto a todos os efeitos que poderia ter, quer no investimento quer no estímulo às renováveis, quer numa série de outras questões.

Penso que, nesse sentido, não foi incorreta a decisão que o Partido Socialista tomou, de a avocar, e os Deputados terem votado num sentido diferente, permitindo esse amadurecimento e que a medida aparecesse só um ano mais tarde.

Não foi, na minha opinião, incorreto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Percebemos a sua posição nesse processo.

Já se percebeu, aqui, hoje, até da parte de vários grupos parlamentares, que temos um espólio documental gigantesco. Isso cria-nos, às vezes,

dificuldades, tanto mais que a identificação dos documentos é difícil e, portanto, às vezes, há Deputados que pensam que não os têm e há Deputados que têm documentos que não sabem que têm, o que é, mais ou menos, a mesma coisa, só que às vezes por ordem diferente.

Houve aqui Deputados que não encontraram um determinado documento, que citaram há pouco. No meu caso, tive a sorte de encontrar um documento que, até hoje, não tinha sido referido aqui e que penso que é importante. É um documento de abril de 2018 em que o Governo responde, ou melhor, em que a ERSE propõe ao Governo respostas a dar à Comissão Europeia, à Direção-Geral da Concorrência, sobre vários processos abertos sobre ajudas de Estado, nas matérias da garantia de potência, da interruptibilidade e dos CAE.

Até aqui, na Comissão, não se sabia que existiam esses processos por ajudas do Estado, que tinha havido investigação a decorrer nos últimos meses sobre estas matérias.

Portanto, queria fazer-lhe algumas perguntas sobre esses processos, porque, além das respostas sugeridas pela ERSE a pedido do Governo, há também registo de uma reunião com a DGComp. E não se percebe bem no registo se é tida pela ERSE com a DGComp ou pelo Governo, na sequência da resposta escrita. Gostava que nos pudesse dar este esclarecimento. Assim, a primeira pergunta é: em que ponto está tudo isso?

São quatro processos paralelos, se não estou a citar mal. Portanto, há um processo relativo à garantia de potência, reserva de segurança; um relativo à garantia de potência, incentivo ao investimento; outro relativo à interruptibilidade; e outro relativo aos contratos de aquisição de energia, da Tejo Energia.

Pergunto se houve, depois daquela reunião, algum desenvolvimento em algum destes processos; se houve novos pedidos de esclarecimento; se

houve novas respostas do Estado português à Comissão Europeia, neste contexto.

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não tenho conhecimento de novas respostas, nem tenho conhecimento, de facto, do estado em que esses processos estão.

Tendo estado já fora do Governo há vários meses, será porventura mais útil perguntar ao Ministro ou ao Secretário de Estado se houve algum desenvolvimento e qual é o estado em que estão os processos.

Não lhe posso adiantar muito mais sobre isso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No registo desta reunião, havida com a Direção-Geral de Concorrência, na parte referente à garantia de potência, reserva de segurança, há uma espécie de ata informal dessa reunião, que está disponível no nosso acervo, em que é referido que o Governo informa a Comissão Europeia de que retira o procedimento sobre o novo modelo.

O Governo tinha criado um modelo de leilão para a garantia de potência, tinha notificado a Comissão Europeia sobre esse modelo, a Comissão Europeia levantou questões e o Governo, nesta reunião, a 20 de abril, diz «retirámos a notificação». Para todos os efeitos, a garantia de potência deixou de ser um processo em vias de aval por parte da Comissão Europeia, e deixou de estar sobre a mesa na Comissão Europeia, portanto, não está suspensa, simplesmente terminou.

É assim? Estou a interpretar bem?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — A nossa interpretação era que a garantia de potência, sendo concedida por leilão, poderia gerar poupanças de custo importantes. Sendo concedida pela forma antiga, era mais generosa,

ou mais cara, mas, como já estava em vigor, a Comissão Europeia teria menos... aceitava com mais facilidade.

O que houve, em termos de evolução de pensamento, nesse momento, foi a ideia de que poderia nem ser necessária nenhuma garantia de potência, no sentido em que, com a gestão, e incluindo o processo de interruptibilidade — e também com o maior rigor que colocámos na interruptibilidade, no sentido de verificar que apenas ficavam na interruptibilidade casos que pudessem ser mais efetivos em termos de interruptibilidade —, poderia haver uma alteração na própria gestão do sistema; que deixaria de haver essa necessidade e, portanto, estávamos a propor um modelo que baixava os custos, poderíamos ter um modelo que não tivesse custos nenhuns, porque, se calhar, era algo que se tinha tornado redundante. Era essa a nossa visão.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, o que me está a dizer é: como a Comissão resistiu a uma alteração do regime que existia e o Governo não queria regressar ao regime que existia, ficou estabelecido que não haveria regime nenhum e que a garantia de potência terminava como prestação?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Havia toda uma ideia de alterar a gestão e de que, em vez de haver um regime de garantia de potência e um regime de interruptibilidade, houvesse um regime misto de apoio ao sistema e é isso que também estava a ser testado, em termos piloto...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Exato, é isso que eu ia agora...

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — ... e, portanto, em vez de haver dois preços haveria um preço único, até porque as garantias de potência beneficiavam as empresas produtoras do setor, eventualmente, às vezes, já com rendimentos e rendas diferentes.

Este sistema misto poderia beneficiar um conjunto muito mais amplo de entidades, mas poderia beneficiar principalmente empresas industriais e, portanto, teria um sentido diferente. Ou seja, poderia exercer a mesma função reguladora no mercado, de garantir que não haveria falhas de abastecimento e que havia capacidade de retirar consumo ou de fornecer, de imediato, nova potência, não só com custos mais baixos, como também com um reequilíbrio sobre quem eram os potenciais beneficiários, o que promoveria mais concorrência, portanto, também, preços mais baixos. Seria essa a visão.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Uma das notas que vem neste documento é que a DGComp deu como prazo até 1 de novembro para ser introduzido um novo mecanismo na interruptibilidade, que não só redimensionasse este subsídio — porque ele abrange 13% do consumo total de eletricidade em Portugal e, portanto, é um subsídio digamos, megalómano, para usar uma expressão que só me responsabiliza, a mim, não foi a Comissão que usou este termo, portanto, um subsídio que está sobredimensionado, claramente, até porque nunca foi usado, como, aliás, a Comissão também sublinha —, e introduzisse aqui um mecanismo concorrencial, dando até 1 de novembro para que esse mecanismo fosse apresentado.

Queria perceber se isso que está agora a dizer corresponde ao processo de preparação do Governo para responder ao problema geral da segurança de abastecimento, através de um mecanismo concorrencial que inclui o serviço de interruptibilidade. E também queria perceber melhor se também inclui a reserva de abastecimento ou se era exclusivamente no território da interruptibilidade. Ou seja, o Governo abdicaria da garantia de potência para ter interruptibilidade ou, pelo contrário, criaria um novo mecanismo concorrencial em que casaria os dois serviços?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — A ideia seria casar os dois serviços porque, de facto, a interruptibilidade e a garantia de potência fazem a mesma coisa, ou seja, uma garante que se for preciso mais produção está disponível para entrar e a outra diz que se houver um desequilíbrio entre a produção e o consumo retira grande quantidade de consumo.

É óbvio que a interruptibilidade às vezes parece ser o grande volume, mas do que estamos a falar é de um pequeno número de empresas que, muitas vezes, têm consumos muito elevados, têm, de facto, um custo energético muito elevado e estão a concorrer com outras no mercado internacional que têm, muitas vezes, regimes semelhantes. Mas, mais do que isso, estamos a falar de uma situação em que é preciso ter muito cuidado na forma como é gerida, porque se algumas destas empresas, por não terem as mesmas condições de custos com os mesmos regimes que outras empresas noutros países, fechassem ou deslocalizassem a produção, isso não iria tornar a eletricidade mais barata para todos os outros porque iria diluir os custos gerais do sistema por menos consumo e teríamos um problema em termos de consumo médio.

Portanto, a gestão deste problema é bastante mais complexa e do que estamos a falar é de empresas industriais, muitas vezes de energia intensiva, que exatamente por consumirem muita energia é que a sua interrupção de consumo pode, de facto, solucionar o problema da elevada procura em toda uma cidade ou o que seja. E estamos a falar de um mecanismo que o que queremos é que seja o mais flexível possível e tenha uma abrangência maior para que possa desempenhar essa função com custos menores, mas não queremos que uma revisão apressada desse mecanismo possa gerar fenómenos deste género, de deslocalização ou que coloquem as nossas empresas e os nossos trabalhadores em piores condições concorrenciais face a outros países com regimes semelhantes. Penso que é isso também que a Comissão Europeia quer investigar e garantir que nós não tenhamos

cláusulas muito mais generosas. Mas também não nos poderá atacar, nem a nós nem a outros, sem ter uma visão mais geral em toda a Europa de como são esses regimes.

Penso que havia já um projeto-piloto para ir para o terreno, mas estava a falar de 1 de novembro e nessa data eu já não estava no governo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Já não faltava muito!

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Como imagina, até dia 15 de outubro havia uma coisa chamada Orçamento do Estado que nos ocupava bastante!...

Portanto, de facto, havia uma via de resolução para este problema e estou certo que o atual Ministro e o Secretário de Estado estão atentos a esta questão, mas não posso agora pronunciar-me mais ou mais aprofundadamente sobre o assunto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só para terminar, em termos dos processos de averiguação sobre ajudas de Estado, o que passou pelo seu governo foi a resposta dada ao questionário escrito enviado pela DGCom e a reunião de 20 de abril em Bruxelas. Depois disso nada mais aconteceu, é assim?

O Sr. Dr. **Manuel Caldeira Cabral**: — Não tenho aqui todos os factos e que não tenha havido outros contactos quer por entidades do meu ministério, quer até pelo Secretário de Estado, não tenho a certeza disso, mas penso que corresponde ao que disse. Além disso, havia esse prazo e era um problema em que estávamos a trabalhar. Mas não tenho agora aqui presentes todos os contactos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito obrigado, com a hora adiantada com que já vamos, prescindi de intervir sobre várias das polémicas que aqui ocorreram. De qualquer modo, agradeço os esclarecimentos dados pelo Sr. Deputado ao longo desta sessão.

O Sr. **Presidente**: — Assim terminamos a audição.

Queria agradecer ao Deputado Manuel Caldeira Cabral a colaboração que nos deu, a forma como participou nesta audição e também agradecer a todas e a todos os Srs. Deputados, ao *staff* de apoio, aos Srs. Jornalistas, que se mantêm firmes aqui connosco até ao final das audições.

Recordo que a próxima reunião será no dia 13, quarta-feira, pelas 16 horas e 45 minutos, com um ponto da ordem de trabalhos em que temos de deliberar sobre a prorrogação do prazo desta Comissão, que iremos propor ao Plenário da Assembleia da República, seguida, às 17 horas, da audição do atual Secretário de Estado, João Galamba.

Muito boa noite a todos e muito obrigado.

Eram 21 horas e 16 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.